
FACULDADE BRASILEIRA DE INOVAÇÃO - FABIN

**PROJETO PEDAGÓGICO
DO
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO**

**PORTO ALEGRE (RS)
2025**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO DA
FACULDADE BRASILEIRA DE INOVAÇÃO**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO
do
Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Brasileira de Inovação (FABIN).

Coordenadora: Dra. VALQUIRIA PALMIRA CIROLINI WENDT

**PORTO ALEGRE
2025**

SUMÁRIO

1. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.....	6
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	8
2.1. DADOS GERAIS.....	8
2.2. ATOS LEGAIS E BREVE HISTÓRICO	8
2.3. MISSÃO, VISÃO E VALORES.....	12
2.4. DADOS SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO.....	14
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	16
3.1. ATO REGULATÓRIO.....	16
3.2. INGRESSO	16
3.3. ESTRUTURA E INTEGRALIZAÇÃO	18
3.3.1. CARGA HORÁRIA TOTAL	18
3.3.2. INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO.....	19
3.3.3. TITULAÇÃO CONFERIDA.....	19
3.4. JUSTIFICATIVA DO CURSO	20
3.5. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CURSO	23
3.5.1. MISSÃO.....	23
3.5.2. VISÃO.....	23
3.5.3. VALORES	24
3.5.4. CONCEPÇÃO E OBJETIVOS GERAIS DO CURSO.....	24
3.5.5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO CURSO.....	25
3.5.5.1. EIXO 1 – INOVAÇÃO ACADÊMICA	25
3.5.5.2. EIXO 2 – FORMAÇÃO INTEGRAL	26
3.5.5.3. EIXO 3 – IMPACTO SOCIAL.....	26
3.5.5.4. EIXO 4 – SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL	26

3.6.	VOCAÇÃO DO CURSO	27
3.7.	PERFIL DO EGRESSO E COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS.....	27
3.7.1.	COMPETÊNCIA TÉCNICA E INOVAÇÃO	28
3.7.2.	RESPONSABILIDADE ÉTICA E SOCIAL.....	28
3.7.3.	CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE.....	29
3.7.4.	PROTAGONISMO E APRENDIZAGEM PERMANENTE.....	29
4.	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	30
4.1.	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO NO ÂMBITO DO CURSO DE DIREITO	32
4.2.	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE EXTENSÃO NO ÂMBITO DO CURSO DE DIREITO.....	35
4.3.	ESTRUTURA CURRICULAR	38
4.3.1.	PERSPECTIVA TRANSVERSAL 1: EIXO DE FORMAÇÃO GERAL	38
4.3.2.	PERSPECTIVA TRANSVERSAL 2: EIXO DE FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA	39
4.3.4.	PERSPECTIVA TRANSVERSAL 4: EIXO DE PROTAGONISMO CURRICULAR.....	42
4.4.	EMBASAMENTO METODOLÓGICO-PEDAGÓGICO.....	44
4.4.1.	INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: UMA FORMAÇÃO JURÍDICA INTEGRAL.....	44
4.4.2.	A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E A METODOLOGIA DIALÓGICA	46
4.4.3.	A TRANSFORMAÇÃO DO ENSINO JURÍDICO E A SUPERAÇÃO DA FRAGMENTAÇÃO PEDAGÓGICA	46
4.4.4.	SÍNTESE E PERSPECTIVAS: O COMPROMISSO DA FABIN COM A FORMAÇÃO JURÍDICA CONTEMPORÂNEA	47
4.5.	SISTEMATIZAÇÃO DO ITINERÁRIO FORMATIVO.....	48
4.6.	MATRIZ DO CURSO	50
4.7.	ABORDAGEM INTER E TRANSDISCIPLINAR	56
4.8.	ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES (ACC).....	58
4.9.	CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	59
4.10.	PRÁTICA PROFISSIONAL	61
4.11.	TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO.....	62
4.12.	ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO	63

4.13.	AVALIAÇÃO.....	65
4.14.	RESULTADOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.....	68
4.15.	APROVEITAMENTO DE ESTUDOS NO CURSO DE DIREITO DA FABIN.....	68
4.15.1.	APROVEITAMENTO DE ESTUDOS EM PROGRAMAS DE MOBILIDADE ACADÊMICA..	70
4.15.2.	CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS.....	70
4.16.	AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO DE DIREITO.	71
4.16.1.	AVALIAÇÃO INTERNA: AUTOAVALIAÇÃO	71
4.16.2.	AVALIAÇÃO EXTERNA.....	72
4.16.2.1.	EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES (ENADE).....	72
4.16.2.2.	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA PELO INEP/MEC	73
5.	CORPO DOCENTE	73
5.1.	COORDENAÇÃO DO CURSO	74
5.2.	COLEGIADO DE CURSO	76
5.3.	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)	77
5.4.	NÚCLEO DE APOIO AO DOCENTE E AO DISCENTE - NADD	78
5.5.	CAPACITAÇÃO DOCENTE	80
5.6.	SITUAÇÃO ATUAL	81
	ANEXO I: EMENTÁRIO DO CURSO	82
	1º SEMESTRE:	82
	2º SEMESTRE:	94
	3º SEMESTRE	105
	4º SEMESTRE	113
	5º SEMESTRE	119
	6º SEMESTRE	125
	7º SEMESTRE	131
	8º SEMESTRE	137
	10º SEMESTRE	148

1. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O presente Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Direito da Faculdade Brasileira de Inovação (FABIN), acompanhado desta Exposição de Motivos, apresenta as diretrizes, fundamentos e finalidades que norteiam a reformulação da proposta pedagógica do curso, em consonância com a Missão Institucional da FABIN de “promover educação inovadora, transformadora e humanizada, voltada ao desenvolvimento social e à sustentabilidade”.

A atualização deste PPC decorre da necessidade de fortalecer a coerência entre o curso e o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI 2023–2027), especialmente no que se refere à integração entre inovação acadêmica, formação integral, impacto social e sustentabilidade institucional, eixos estruturantes da atuação da Faculdade.

O projeto pedagógico até então vigente, embora bem estruturado à época de sua concepção, revelou-se, ao longo dos anos, insuficiente para atender de forma plena às novas demandas acadêmicas, institucionais e profissionais. O dinamismo do ordenamento jurídico e as transformações sociais, tecnológicas e educacionais da última década impõem uma reavaliação contínua dos paradigmas formativos, de modo a assegurar uma formação jurídica ética, crítica, inclusiva e sintonizada com os desafios contemporâneos.

A presente reformulação não se limita a atender às exigências legais e regulatórias do Ministério da Educação (MEC), mas pretende materializar a identidade institucional da FABIN, uma instituição comprometida com a excelência acadêmica, a responsabilidade social e a inovação pedagógica. Assim, o novo PPC reflete a convicção de que o ensino jurídico deve ultrapassar a mera transmissão de conteúdos normativos, promovendo aprendizagem ativa, interdisciplinar e socialmente relevante, que valorize o pensamento crítico, a pesquisa aplicada e a extensão comunitária.

Dentre os principais avanços desta proposta, destacam-se:

- a adoção de metodologias ativas de aprendizagem, que colocam o estudante no centro do processo formativo e favorecem a autonomia intelectual, a cooperação e a solução criativa de problemas;
- a integração entre teoria e prática, por meio da ampliação das atividades do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) e da curricularização da extensão;

- a valorização da pesquisa científica e do protagonismo discente, com estímulo à produção de conhecimento jurídico aplicado e à reflexão crítica sobre os fenômenos sociais e institucionais.

O curso de Direito, nessa nova configuração, consolida-se como espaço privilegiado para a formação de profissionais capazes de aliar técnica e sensibilidade social, preparados para atuar de forma inovadora, ética e responsável na promoção da justiça e da cidadania. As competências de mediação, resolução de conflitos, uso de tecnologias jurídicas e defesa dos direitos humanos passam a ser tratadas como dimensões estruturantes da formação acadêmica.

Essa reformulação é fruto de um processo coletivo e participativo, conduzido no âmbito da comunidade acadêmica da FABIN. Docentes, discentes e gestores contribuíram ativamente para a construção de um projeto que traduz, em termos pedagógicos, a visão institucional de excelência e compromisso social. O resultado é um PPC que transcende a mera adequação normativa, reafirmando o papel da FABIN como agente de transformação social por meio da educação.

Por fim, este documento representa um marco na consolidação da educação jurídica inovadora, transformadora e humanizada que orienta a missão da Faculdade Brasileira de Inovação. O novo PPC é expressão concreta do propósito institucional de formar profissionais do Direito preparados para pensar criticamente, agir eticamente e transformar positivamente a sociedade.

VALQUIRIA PALMIRA CIROLINI WENDT

Coordenadora do Curso de Bacharelado em Direito

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

2.1. DADOS GERAIS

A Faculdade Brasileira de Inovação (FABIN) é mantida pela E-Front Sistema Educacional LTDA, entidade constituída sob a natureza jurídica de Sociedade Civil com Fins Lucrativos, devidamente registrada sob o CNPJ nº 47.737.719/0001-73 e reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) através do cadastro no sistema e-MEC com o código 18471. Atualmente, a instituição é representada legalmente pelo seu dirigente, Marcelo Maduell Guimarães, que conduz e orienta estrategicamente as atividades institucionais com base nos princípios de excelência acadêmica e inovação.

A sede da E-Front Sistema Educacional LTDA situa-se estrategicamente no Centro Histórico de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, em uma região tradicionalmente reconhecida pela sua relevância histórica, cultural e econômica. Sua localização precisa é na Rua Uruguai, nº 277, Sala 601, CEP 90.010-140, oferecendo acessibilidade e facilitando a interação com órgãos públicos, empresas e demais entidades da sociedade civil, o que fortalece significativamente suas atividades educacionais e institucionais.

2.2. ATOS LEGAIS E BREVE HISTÓRICO

A Faculdade Brasileira de Inovação – FABIN, situada no município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, nasceu de um sonho: o de construir uma Instituição de Ensino Superior capaz de fazer a diferença na vida das pessoas e no mercado de trabalho, por meio de uma educação inovadora, transformadora e humanizada. Essa diferença se concretiza especialmente nas ações voltadas à inclusão e ao acesso à educação, como a concessão de bolsas de estudo para estudantes de baixa renda, permitindo que grupos historicamente excluídos tenham a oportunidade de realizar uma formação de qualidade em uma instituição que valoriza os princípios sociais, éticos e humanísticos.

A história da FABIN está intrinsecamente ligada à trajetória visionária de

Stevam Hoffmann Valencia, cuja vida acadêmica e profissional reflete um compromisso permanente com a educação e o desenvolvimento social. Formado em Administração em 2006 e em Ciências Contábeis em 2018, Stevam sempre acreditou que a chave para um futuro promissor estava no conhecimento e no aprendizado contínuo. Em 2009, fundou a empresa Forma Mais, voltada à Educação de Jovens e Adultos (EJA), com o objetivo de oferecer oportunidades de escolarização a quem desejava retomar os estudos e conquistar novas perspectivas de vida. Sob sua liderança, a Forma Mais cresceu e tornou-se referência na área de educação de adultos, consolidando-se como um projeto educacional de impacto social.

A experiência adquirida nesse percurso despertou em Stevam o desejo de ampliar seu alcance e transformar sua visão educacional em uma instituição de ensino superior. Já como especialista em Docência no Ensino Superior, ele aprofundou sua compreensão sobre os desafios da formação profissional contemporânea e idealizou um modelo de ensino voltado à inovação, ao uso de metodologias ativas e à formação integral. Assim, em 17 de junho de 2022, esse sonho se materializou com a criação da Faculdade Brasileira de Inovação – FABIN, concebida como um espaço de excelência para o desenvolvimento acadêmico e humano.

A fundação da FABIN representou um marco significativo na trajetória de seu idealizador e consolidou o compromisso institucional com a inovação, a pesquisa aplicada e a integração entre ensino e sociedade. Nesse mesmo ano, a FABIN adquiriu a manutenção de instituição de ensino superior previamente estabelecida, incorporando onze cursos de graduação, entre bacharelados, licenciaturas e tecnólogos, o que possibilitou o início de suas atividades no ensino superior. O processo de transferência de manutenção foi concluído em abril de 2023, garantindo a continuidade das atividades e inaugurando um novo ciclo de modernização acadêmica e regulatória.

Com o amadurecimento da instituição, a FABIN passou por um processo de reestruturação de sua oferta acadêmica, optando pela extinção voluntária de cursos com baixa procura e concentrando esforços em áreas de maior relevância e

aderência à sua vocação institucional. Essa decisão foi orientada por critérios de sustentabilidade e qualidade, de modo a fortalecer os cursos de Direito, Psicologia e as áreas de Tecnologia e Segurança Pública, que constituem hoje o núcleo estratégico de atuação da instituição.

A partir de 1º de julho de 2025, um novo capítulo iniciou-se com a chegada de uma nova gestão à mantenedora e à mantida, ocasião em que a razão social do Instituto Brasileiro de Inovação LTDA foi alterada para E-Front Sistema Educacional LTDA. Essa mudança marcou o início de uma fase de reconstrução e revitalização institucional, conduzida por um grupo de gestores comprometidos com o fortalecimento da FABIN como referência em ensino superior inovador e socialmente responsável. Sob essa nova direção, foram implantados projetos estratégicos de reestruturação física, tecnológica e acadêmica, ampliando o diálogo com a sociedade e o mercado de trabalho.

Entre as principais iniciativas dessa nova etapa, destacam-se a expansão do portfólio de cursos de graduação e pós-graduação, a celebração de parcerias com instituições públicas e privadas e a implementação de metodologias de ensino alinhadas às demandas do século XXI. No campo da pós-graduação lato sensu, a FABIN oferece cursos em Investigação de Crimes Cibernéticos, Investigação Digital, Inteligência e Investigação em Fontes Abertas (OSINT) e Inteligência e Enfrentamento ao Crime Organizado, todos com foco na aplicação prática do conhecimento e no desenvolvimento de competências voltadas à segurança pública e à tecnologia.

No âmbito da pesquisa e inovação, a FABIN avança de maneira consistente com a consolidação da Revista Direito & TI, reconhecida e indexada no Qualis Capes, e com a criação do Instituto FABIN de Ciência, Tecnologia e Inovação, que atua como fomentador da iniciação científica, dos projetos de extensão e das atividades de divulgação científica, promovendo uma cultura institucional voltada à interdisciplinaridade e ao pensamento crítico. Essas ações integram o compromisso assumido pela FABIN de unir ensino, pesquisa e extensão em favor do desenvolvimento social e da qualificação profissional de seus estudantes.

Com sede no coração do Centro Histórico de Porto Alegre, a FABIN está inserida em uma região de grande relevância econômica, cultural e jurídica. A proximidade com órgãos do Poder Judiciário, escritórios de advocacia, empresas e centros de inovação oferece um ambiente fértil para a prática acadêmica, a pesquisa aplicada e a inserção profissional. A instituição se consolida, assim, como um espaço de formação global, preparado para formar profissionais competentes, éticos e socialmente engajados.

O desafio de reconstruir e reposicionar a FABIN como uma instituição de excelência tem sido conduzido com seriedade, planejamento e comprometimento, fundamentos que norteiam a atuação de sua nova gestão. O trabalho tem se voltado ao fortalecimento da qualidade acadêmica, ao incentivo à formação docente continuada, à adoção de metodologias ativas e à integração com o mercado de trabalho e o ecossistema de inovação. Alinhada ao PDI 2023–2027, a FABIN reafirma sua missão de desenvolver, por meio da educação, soluções inovadoras que gerem mais qualidade de vida à comunidade, mantendo-se fiel aos seus valores institucionais: ética, inclusão, sustentabilidade, inovação e responsabilidade social.

Assim, a Faculdade Brasileira de Inovação se projeta para o futuro com a convicção de que a educação é o instrumento mais poderoso de transformação individual e coletiva. A história da FABIN é a história de um ideal concretizado — o ideal de formar profissionais preparados para os desafios do presente e do futuro, capazes de atuar com competência técnica, consciência social e compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e inovadora.

A história da Faculdade Brasileira de Inovação é marcada por importantes conquistas institucionais e legais que refletem seu crescimento contínuo e consistente no cenário educacional brasileiro:

- **23 de dezembro de 2003:** Publicação da Portaria Ministerial nº 3.923, de 18 de dezembro de 2003, concedendo o credenciamento inicial junto ao Ministério da Educação (MEC) e permitindo o início das atividades acadêmicas da instituição.

- **22 de junho de 2016:** Publicação da Portaria Ministerial nº 549, de 21 de junho de 2016, referente ao credenciamento institucional da FABIN. Essa portaria renovou o reconhecimento do MEC, atestando a conformidade e regularidade acadêmica, e autorizando a continuidade da oferta educacional com excelência reconhecida.
- **9 de março de 2023:** Transferência da manutenção para o Instituto Brasileiro de Inovação LTDA, representando uma nova fase institucional, garantindo continuidade, modernização administrativa e aprofundamento no compromisso com a inovação pedagógica e tecnológica.
- **23 de março de 2023:** Alteração da denominação da Instituição de Ensino Superior, com objetivo de consolidar sua identidade institucional e alinhar estrategicamente suas ações às novas diretrizes, reforçando seu posicionamento como uma instituição inovadora e referência em qualidade educacional.

Esses marcos institucionais reforçam o histórico de evolução e consolidação acadêmica da FABIN, refletindo diretamente em uma proposta educacional dinâmica, sempre atenta às transformações sociais, econômicas e tecnológicas do mercado de trabalho contemporâneo. Por meio desse alinhamento estratégico, a FABIN busca constantemente fortalecer sua missão de formar profissionais altamente qualificados, éticos, inovadores e preparados para responder às demandas emergentes da sociedade e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região e do país.

2.3. MISSÃO, VISÃO E VALORES

A Faculdade Brasileira de Inovação (FABIN) fundamenta sua identidade institucional em uma missão clara, uma visão inspiradora e valores sólidos, que orientam todas as suas ações e estratégias pedagógicas, administrativas e de relacionamento com a sociedade. Esses princípios estão definidos no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI 2023–2027) e refletem o compromisso da FABIN

com uma educação inovadora, transformadora e humanizada.

Missão: *“Promover educação inovadora, transformadora e humanizada, voltada ao desenvolvimento social e à sustentabilidade.”*

A FABIN entende que a inovação é um instrumento de transformação social. Sua missão traduz-se em formar profissionais éticos, críticos e empreendedores, capazes de aplicar o conhecimento de forma responsável para melhorar a qualidade de vida das pessoas e contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que estão inseridos. Essa concepção reafirma o alinhamento entre o projeto pedagógico institucional e as políticas educacionais da mantida e da mantenedora, hoje sob a razão social E-Front Sistema Educacional LTDA.

Visão: *“Ser reconhecida pela excelência acadêmica, pela inovação e pelo compromisso social, formando profissionais preparados para os desafios de um mundo em constante transformação.”*

Essa visão traduz a aspiração da FABIN em consolidar-se como referência regional e nacional na educação superior, por meio da integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica. Busca preparar cidadãos e profissionais que se destaquem por sua competência técnica, postura ética e responsabilidade social.

A FABIN pauta sua atuação em princípios que expressam a essência de sua cultura organizacional e seu compromisso com a sociedade. São eles:

- a) Ética:** compromisso com a integridade, a transparência e o respeito nas relações humanas e institucionais;
- b) Inovação:** incentivo permanente à criatividade, à experimentação e à busca por soluções educacionais que acompanhem as transformações do mundo contemporâneo;

- c) Sustentabilidade: promoção de práticas institucionais responsáveis, que assegurem o equilíbrio social, ambiental e econômico;
- d) Responsabilidade social: compromisso com o desenvolvimento humano e com a redução das desigualdades, por meio da educação de qualidade;
- e) Inclusão e diversidade: valorização das diferenças, do diálogo intercultural e da equidade de oportunidades;
- f) Excelência acadêmica: busca contínua pela qualidade no ensino, na pesquisa e na extensão, com foco na aprendizagem significativa e na formação integral.

Ao adotar essa identidade institucional, a FABIN reafirma sua missão de oferecer educação superior humanística, tecnológica e socialmente relevante, consolidando-se como uma instituição comprometida com a inovação, a ética e a transformação social. Tais princípios estão incorporados em todos os seus cursos e expressam o fundamento do Projeto Pedagógico do Curso de Direito, que materializa a missão institucional na formação de profissionais capazes de unir o rigor técnico à sensibilidade social.

2.4. DADOS SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO

A Faculdade Brasileira de Inovação (FABIN) reconhece que a compreensão do contexto socioeconômico em que está inserida é essencial para o desenvolvimento de uma proposta pedagógica sólida, inovadora e socialmente relevante. Localizada na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), a instituição tem o compromisso de preparar profissionais aptos a responder às demandas do mercado de trabalho e a atuar como agentes de transformação social, alinhando-se ao Eixo Estratégico III – Impacto Social do PDI 2023–2027.

A RMPA, criada oficialmente em 1973, é composta por 34 municípios, abrangendo uma área territorial de aproximadamente 10.346 km² e abrigando cerca

de 4,4 milhões de habitantes, o que representa 38,2% da população total do Rio Grande do Sul. É uma das regiões mais dinâmicas do país em termos econômicos, sociais e culturais, caracterizando-se por forte presença dos setores industrial, comercial, de serviços, tecnológico e financeiro. Municípios como Alvorada, Canoas, Novo Hamburgo, São Leopoldo e Porto Alegre compõem esse polo multifacetado, no qual coexistem grandes oportunidades e desafios sociais significativos.

Porto Alegre, capital do Estado e sede da FABIN, é reconhecida como um dos principais centros administrativos, econômicos e educacionais do Sul do Brasil. A cidade concentra sedes de órgãos do Poder Judiciário, escritórios de advocacia, empresas privadas de grande porte e universidades de referência, o que cria um ambiente fértil para o desenvolvimento de parcerias acadêmicas e profissionais. Essa localização estratégica, próxima das fronteiras internacionais com Uruguai e Argentina, também favorece o intercâmbio cultural e o fortalecimento de relações comerciais no âmbito do Mercosul, ampliando as oportunidades de internacionalização e inserção profissional dos egressos da instituição.

Ao mesmo tempo, a região enfrenta desafios estruturais, como a desigualdade social, o déficit de infraestrutura e as limitações de mobilidade urbana. Esses contrastes reforçam o papel das instituições de ensino superior como protagonistas na promoção do desenvolvimento sustentável e na redução das desigualdades regionais. Assim, a FABIN, por meio de seus programas de ensino, pesquisa e extensão, desenvolve projetos voltados à mediação de conflitos, aos direitos humanos, à educação cidadã e à sustentabilidade, contribuindo de forma efetiva para o progresso social e econômico da comunidade local.

As ações da FABIN estão alinhadas às diretrizes do PDI, que propõe a integração entre educação e desenvolvimento regional sustentável, destacando a importância de currículos flexíveis, metodologias inovadoras e parcerias com o poder público e o setor produtivo. A instituição mantém iniciativas voltadas à formação de profissionais que compreendam as complexidades sociais da região e atuem de maneira crítica e ética diante delas.

Desse modo, a FABIN posiciona-se como uma instituição protagonista no cenário educacional da Região Metropolitana de Porto Alegre, contribuindo para o avanço do conhecimento, a inclusão social e a promoção da justiça e da cidadania. O ambiente dinâmico e desafiador da RMPA, com sua diversidade econômica e cultural, constitui o cenário ideal para a implementação de práticas educacionais inovadoras, articuladas às necessidades regionais e às demandas globais da contemporaneidade.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

O Bacharelado em Direito da Faculdade Brasileira de Inovação (FABIN) é um curso voltado para a formação de profissionais altamente capacitados, críticos e aptos a atuar em diversas áreas jurídicas. Registrado no Ministério da Educação (MEC) sob o código 1389674, o curso tem como objetivo proporcionar uma formação sólida, aliando conhecimento teórico e prático, preparando os alunos para os desafios da advocacia, da magistratura, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Segurança Pública, bem como para carreiras jurídicas na administração pública e no setor privado.

O curso é ministrado no campus da FABIN, localizado na Rua dos Andradas, 1276, 8º andar, no bairro Centro Histórico, CEP 90020-007, Porto Alegre, RS. Para contato, os interessados podem ligar para o telefone (51) 3287-8022 ou encaminhar dúvidas e solicitações ao e-mail coordenacao.direito@fabin.edu.br.

3.1. ATO REGULATÓRIO

O Bacharelado em Direito da FABIN foi autorizado por meio da Portaria SERES 274, de 19 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 23 de abril de 2018 (Edição 77, seção 1, páginas 34 e ss.). Esse ato regulatório atesta a conformidade do curso com as diretrizes do MEC, assegurando a qualidade do ensino e a regularidade de seu funcionamento.

3.2. INGRESSO

Reconhecendo a importância de assegurar amplo acesso à formação

jurídica de excelência, o Curso de Direito da Faculdade Brasileira de Inovação (FABIN) estabelece uma política de ingresso inclusiva, democrática e alinhada às necessidades e realidades diversas dos estudantes. O modelo adotado considera a pluralidade dos perfis acadêmicos e profissionais dos candidatos, valorizando diferentes trajetórias e experiências pessoais.

Para o Curso de Direito, a FABIN está autorizada pelo Ministério da Educação (MEC) a ofertar anualmente 150 vagas, distribuídas exclusivamente na modalidade presencial e no período noturno. Essa opção estratégica pelo turno noturno é especialmente relevante para viabilizar o ingresso e a permanência de estudantes trabalhadores, permitindo que conciliem eficazmente suas obrigações profissionais e acadêmicas, sem prejuízo à qualidade do ensino e da aprendizagem.

O processo seletivo da FABIN é estruturado para atender aos parâmetros do MEC e às orientações institucionais do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). A seleção dos candidatos ocorre por meio de uma prova única, centrada na produção textual (redação), com temas pertinentes à atualidade, avaliando criticamente a capacidade argumentativa, o domínio da língua portuguesa e a percepção sobre desafios sociais contemporâneos.

Um dos grandes diferenciais deste processo é a possibilidade de agendamento flexível da prova, o que facilita o planejamento pessoal dos candidatos e amplia as oportunidades de acesso à educação superior.

A matrícula dos candidatos aprovados no processo seletivo obedece aos critérios previstos pela legislação educacional vigente, exigindo a apresentação dos documentos que atestem a conclusão do ensino médio (ou equivalente). A FABIN disponibiliza, adicionalmente, diferentes modalidades específicas de ingresso para atender a casos particulares. Dentre essas opções, destaca-se o ingresso para candidatos portadores de diploma de ensino superior que desejem ampliar ou atualizar sua formação profissional na área jurídica. Além disso, estudantes regularmente matriculados em outras instituições, que estejam interessados em transferir sua matrícula para o Curso de Direito da FABIN, podem solicitar uma análise

curricular detalhada junto à central de relacionamento institucional, que orientará o processo de aproveitamento de estudos, oferecendo um atendimento personalizado e especializado.

Com isso, a FABIN reafirma seu compromisso com uma educação inclusiva, democrática e qualitativa, compreendendo que o sucesso acadêmico e profissional é diretamente influenciado pela maneira como a instituição acolhe e conduz os ingressantes desde os primeiros momentos de interação institucional. O objetivo é garantir que o ingresso na FABIN não seja apenas um momento de conquista pessoal, mas o início de uma trajetória acadêmica sólida, enriquecedora e transformadora, que prepare os estudantes para atuar com excelência no complexo cenário jurídico contemporâneo, valorizando a diversidade e contribuindo ativamente para o desenvolvimento social e econômico regional e nacional.

3.3. ESTRUTURA E INTEGRALIZAÇÃO

Para assegurar a formação de profissionais comprometidos com a ética, a inovação e a excelência técnica, o Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Brasileira de Inovação (FABIN) foi cuidadosamente concebido, atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais e às normas estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC). A estrutura curricular reflete uma preocupação constante com a conexão entre teoria e prática, criando oportunidades para que o estudante vivencie o Direito em múltiplas dimensões, desde o início de sua trajetória acadêmica.

3.3.1. CARGA HORÁRIA TOTAL

O Curso de Bacharelado em Direito da FABIN totaliza 3.810 horas, contemplando uma grade curricular equilibrada entre disciplinas teóricas e práticas. Essa distribuição inclui os componentes curriculares obrigatórios, bem como atividades complementares, estágio supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), itens fundamentais para a consolidação do conhecimento jurídico, o desenvolvimento de habilidades profissionais e a promoção de uma visão holística do ordenamento legal.

A composição da carga horária respeita os mais altos padrões de qualidade acadêmica, permitindo que o discente aprofunde a compreensão de cada área do Direito e construa uma base teórica sólida. Além disso, a FABIN incentiva continuamente a integração das atividades de extensão e pesquisa, assegurando que os futuros bacharéis não apenas dominem o conteúdo legislativo, mas sejam capazes de refletir sobre os problemas contemporâneos e propor soluções inovadoras para os desafios da sociedade.

3.3.2. INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO

A integralização do curso foi planejada para proporcionar ao aluno a flexibilidade necessária para adequar seus estudos às demandas de sua vida pessoal e profissional. O período mínimo de conclusão é de 10 semestres letivos (5 anos), garantindo uma formação criteriosa e progressiva, na qual o estudante tem tempo para assimilar plenamente os conteúdos, participar de projetos práticos e engajar-se em atividades complementares.

Por outro lado, o prazo máximo de 20 semestres letivos (10 anos) assegura que, mesmo em circunstâncias especiais – como a necessidade de conciliar trabalho, vida familiar e estudos, ou em caso de imprevistos pessoais –, o aluno possa dar continuidade à sua formação sem prejuízos acadêmicos. Esse sistema flexível de integralização reafirma o compromisso da FABIN com uma educação inclusiva e democrática, que respeita as individualidades e promove a persistência e o sucesso de cada discente.

3.3.3. TITULAÇÃO CONFERIDA

Concluídas todas as exigências curriculares, o estudante obtém o título de Bacharel em Direito, credenciando-o a uma ampla gama de possibilidades profissionais. Seja na advocacia, condicionada à aprovação no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ou nos diversos concursos públicos para carreiras jurídicas (magistratura, Ministério Público, Defensoria Pública, Delegado de Polícia, entre outras), a formação oferecida pela FABIN permite que o egresso atue com competência, responsabilidade social e visão inovadora.

Esse conjunto de competências visa formar um profissional consciente de seu papel na construção de uma sociedade mais justa, na efetivação dos direitos fundamentais e na transformação das estruturas jurídicas do país. Assim, o currículo do Curso de Direito da FABIN está em constante processo de atualização, alinhado às exigências do mercado jurídico contemporâneo, ao avanço tecnológico e às demandas de uma sociedade complexa e em rápida evolução.

Ao concluir o Bacharelado em Direito na FABIN, o estudante não apenas adquire o domínio das ciências jurídicas em seu estado atual, mas desenvolve habilidades analíticas, reflexivas e criativas indispensáveis a uma atuação profissional de excelência. Incentivado a participar de projetos de pesquisa, extensão e inovação, o discente se torna um agente de transformação social, capaz de dialogar com diferentes realidades e contribuir efetivamente para o desenvolvimento do ordenamento jurídico brasileiro. Em suma, a estrutura e a integralização propostas neste curso procura formar operadores do Direito comprometidos com a justiça, a ética e a inovação – valores que norteiam a missão e a identidade institucional da FABIN.

3.4. JUSTIFICATIVA DO CURSO

A criação e o fortalecimento do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Brasileira de Inovação (FABIN) emergem em um cenário de profundas transformações sociais, tecnológicas, econômicas e políticas que alteram continuamente a forma como o Direito é compreendido, ensinado e exercido. Nesse contexto, o curso nasce em conformidade com os princípios do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e com a Missão Institucional da FABIN, definida no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI 2023–2027), que consiste em “promover educação inovadora, transformadora e humanizada, voltada ao desenvolvimento social e à sustentabilidade.” Assim, o curso foi concebido como expressão concreta do compromisso institucional com a inovação acadêmica (Eixo 1) e com o impacto social (Eixo 3), consolidando-se como instrumento de desenvolvimento humano e de fortalecimento da cidadania.

O Direito, mais do que um conjunto normativo regulador das relações entre indivíduos e instituições, constitui-se como um instrumento essencial de promoção da justiça social, inclusão e sustentabilidade. Por essa razão, o curso visa formar profissionais capazes de compreender criticamente o ordenamento jurídico e de aplicá-lo como meio de transformação social, em sintonia com as demandas contemporâneas de um mundo cada vez mais complexo e digitalizado. A formação jurídica proposta busca desenvolver competências técnicas, éticas e tecnológicas, preparando bacharéis aptos a enfrentar os desafios decorrentes da inovação, da globalização e da transformação digital das relações humanas.

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito da FABIN foi concebido para proporcionar uma formação jurídica de excelência, que combine uma base teórica sólida com competências práticas, visão humanística e postura inovadora. O curso busca formar bacharéis que compreendam o Direito como fenômeno social e histórico, capazes de reinterpretar os institutos jurídicos à luz das novas realidades locais e globais, e de propor soluções criativas e sustentáveis para os conflitos e demandas sociais.

A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), onde a FABIN está inserida, configura-se como ambiente privilegiado para o desenvolvimento dessa proposta pedagógica. Por um lado, apresenta um dos mais estruturados aparatos jurídicos e institucionais do país, com forte presença de órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria e advocacia privada; por outro, convive com profundas desigualdades sociais e dificuldades de acesso à justiça. Nesse cenário, o Curso de Direito da FABIN busca formar profissionais éticos, críticos e inovadores, aptos a contribuir para a construção de um ordenamento jurídico mais justo, democrático e inclusivo, reforçando o papel social do Direito como instrumento de transformação.

A estrutura curricular do curso transcende o modelo tradicional de ensino jurídico. Em lugar de uma formação meramente dogmática, o curso adota uma perspectiva interdisciplinar, tecnológica e socialmente comprometida, que integra as disciplinas jurídicas fundamentais (Direito Constitucional, Civil, Penal e Administrativo)

às áreas emergentes, como Direito Digital, Ambiental, Empresarial, Tributário e Propriedade Intelectual. Essa articulação permite que o egresso compreenda o Direito como sistema em constante diálogo com a economia, a tecnologia e o meio ambiente, fortalecendo sua capacidade de análise crítica e de atuação interdisciplinar.

Outro pilar central do curso é o compromisso institucional da FABIN com a pesquisa, a extensão e a inovação tecnológica aplicadas ao Direito. As rápidas mudanças da sociedade contemporânea demandam profissionais sensíveis às novas problemáticas jurídicas, como a proteção de dados, a inteligência artificial e os direitos digitais. Para isso, a FABIN estimula a iniciação científica, os projetos de extensão e as parcerias com o sistema de Justiça e com o setor produtivo, permitindo que o estudante vivencie o Direito de forma prática e conectada às necessidades da comunidade. Essa integração é um reflexo direto dos princípios do Eixo 1 – Inovação Acadêmica e do Eixo 3 – Impacto Social do PDI, que orientam o ensino para a aplicabilidade, a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável.

O curso diferencia-se também por sua forte integração entre teoria e prática, concretizada por meio do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), dos estágios supervisionados e das simulações de casos reais. Essas experiências proporcionam ao aluno vivência profissional e formação ética, desenvolvendo habilidades de argumentação, mediação, conciliação e liderança, indispensáveis à atuação no mercado jurídico contemporâneo. O currículo é ainda enriquecido com atividades complementares, grupos de estudo e monitorias, que fortalecem o protagonismo discente e a formação continuada, em consonância com o Eixo 2 – Formação Integral do PDI.

Em sua essência, o Curso de Direito da FABIN justifica-se pela convergência entre a necessidade de qualificação dos operadores jurídicos, as demandas regionais e globais por inovação e ética e o compromisso institucional de formar cidadãos e profissionais comprometidos com o desenvolvimento sustentável e a justiça social. A proposta pedagógica busca não apenas atender à expansão do mercado jurídico, mas atuar como instrumento de transformação social, promovendo a inclusão, a equidade e a consolidação da cidadania.

Assim, a FABIN reafirma seu compromisso com a excelência acadêmica, a formação ética e humanística, a inovação tecnológica e a responsabilidade social, preparando bacharéis que não apenas dominem o conhecimento técnico, mas sejam capazes de interpretar criticamente o mundo e transformá-lo por meio do Direito. O Curso de Direito da Faculdade Brasileira de Inovação é, portanto, expressão viva da missão institucional de promover educação inovadora e transformadora, em diálogo permanente com a sociedade e comprometida com o desenvolvimento humano, econômico e ambiental sustentável.

3.5. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CURSO

3.5.1. MISSÃO

Por missão, a FABIN almeja com o Curso de Direito:

- a) Capacitar cidadãos críticos e reflexivos:** Desenvolver a capacidade de analisar os fenômenos jurídicos com discernimento e senso crítico, promovendo a compreensão da complexa relação entre Direito e Sociedade.
- b) Instrumentalizar para a transformação social:** Fornecer aos alunos os conhecimentos técnicos e os valores éticos necessários para atuarem como agentes de mudança, ressignificando e transformando a realidade social.

3.5.2. VISÃO

Em consonância com seu PDI, o Curso de Direito busca:

- a) Centro de excelência em ensino jurídico:** Ser reconhecida como referência nacional no ensino do Direito, formando profissionais altamente qualificados, éticos e comprometidos com a justiça social.

- b) Promotora da justiça e da cidadania:** Contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, através da promoção da justiça, do fortalecimento da cidadania e da defesa dos direitos humanos.

3.5.3. VALORES

Para o Curso de Direito da FABIN, são orientações imprescindíveis os seguintes valores:

- a) Ética como norte:** Basear todas as ações e decisões nos mais elevados princípios éticos, cultivando a honestidade, a responsabilidade e o compromisso com o bem comum.
- b) Excelência acadêmica como compromisso:** Buscar incessantemente a qualidade no ensino, na pesquisa e na extensão, através da constante atualização do currículo, da seleção rigorosa de professores e do investimento em infraestrutura moderna.
- c) Compromisso social como bússola:** Promover a igualdade de acesso ao conhecimento jurídico, combatendo as desigualdades sociais e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

3.5.4. CONCEPÇÃO E OBJETIVOS GERAIS DO CURSO

O Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Brasileira de Inovação (FABIN) foi concebido à luz da Missão Institucional de promover educação inovadora, transformadora e humanizada, voltada ao desenvolvimento social e à sustentabilidade. A proposta pedagógica do curso reflete essa missão ao articular formação técnica, humanística e ética, fundamentando-se na convicção de que o Direito é instrumento essencial de justiça social e transformação da realidade.

A concepção do curso está diretamente alinhada às diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) e aos Eixos Estratégicos do PDI 2023–2027,

especialmente o Eixo 1 – Inovação Acadêmica, que estimula práticas pedagógicas criativas e integradas às novas tecnologias, e o Eixo 3 – Impacto Social, que orienta a formação cidadã e o compromisso institucional com a redução das desigualdades e a promoção da justiça e da equidade.

Dessa forma, o curso busca desenvolver uma formação jurídica sólida e crítica, pautada no domínio técnico do Direito e na capacidade de reflexão ética, social e tecnológica, preparando profissionais aptos a atuar em múltiplos contextos, com competência, responsabilidade e visão humanística.

O objetivo geral do Curso de Direito da FABIN é:

“Formar bacharéis em Direito comprometidos com a ética, a inovação e o desenvolvimento social, aptos a aplicar o Direito como instrumento de transformação e promoção da justiça, alinhados à missão institucional da Faculdade Brasileira de Inovação.”

3.5.5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO CURSO

Alinhados às diretrizes institucionais e aos Eixos do PDI 2023–2027, os objetivos específicos do curso são:

3.5.5.1. EIXO 1 – INOVAÇÃO ACADÊMICA

Fomentar práticas jurídicas digitais e o uso de tecnologias aplicadas ao Direito, estimulando o domínio de ferramentas tecnológicas e o desenvolvimento de soluções jurídicas inovadoras.

Incorporar metodologias ativas e processos de ensino-aprendizagem centrados no estudante, promovendo autonomia intelectual, raciocínio crítico e criatividade.

Estimular a produção acadêmica e a pesquisa aplicada em temas emergentes, como Direito Digital, Inteligência Artificial, Proteção de Dados, Inovação

e Design Jurídico.

3.5.5.2. EIXO 2 – FORMAÇÃO INTEGRAL

Integrar as dimensões técnica, ética, socioemocional e humanística da formação jurídica, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Direito (Resolução CNE/CES nº 5/2018).

Desenvolver competências de comunicação, empatia, liderança, negociação e pensamento crítico, indispensáveis à atuação profissional e ao convívio democrático.

Estimular o aprendizado contínuo, interdisciplinar e colaborativo, preparando o aluno para o exercício da cidadania e para a adaptação às transformações do mundo do trabalho.

3.5.5.3. EIXO 3 – IMPACTO SOCIAL

Fortalecer projetos de extensão voltados à defesa dos direitos humanos, da cidadania e da justiça social, aproximando a FABIN das comunidades locais e regionais.

Promover ações de acesso à justiça, mediação e conciliação, por meio do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) e de parcerias com órgãos públicos e organizações da sociedade civil.

Incentivar a pesquisa e a reflexão sobre temas relevantes à realidade da Região Metropolitana de Porto Alegre, como desigualdade, sustentabilidade, segurança pública e inovação jurídica.

3.5.5.4. EIXO 4 – SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL

Estimular a responsabilidade socioambiental como princípio ético e profissional, integrando noções de sustentabilidade, governança e direito ambiental ao currículo.

Sensibilizar os discentes para a importância da ética ecológica e da atuação jurídica comprometida com o desenvolvimento sustentável e a preservação dos recursos naturais.

3.6. VOCAÇÃO DO CURSO

O Curso de Direito da FABIN tem como vocação formar profissionais que utilizem o conhecimento jurídico como ferramenta de transformação social, contribuindo para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, o respeito aos direitos humanos e a ampliação do acesso à justiça.

Com base em uma educação jurídica de excelência, fundamentada na interdisciplinaridade, na pesquisa e na extensão, o curso prepara bacharéis capazes de compreender a complexidade das relações jurídicas e de atuar de forma ética, criativa e inovadora nos diversos campos do Direito. A proposta pedagógica busca articular teoria e prática desde os primeiros semestres, promovendo uma formação dinâmica, crítica e socialmente engajada.

Os objetivos descritos refletem a qualificação esperada para o profissional formado, a estrutura curricular e a realidade institucional, assegurando uma formação que une rigor técnico, consciência social e competência ética. A FABIN, por meio desse curso, reafirma sua missão de formar operadores do Direito comprometidos com a justiça, a equidade e o desenvolvimento sustentável, capazes de transformar positivamente as comunidades em que atuam e de responder com protagonismo e responsabilidade às exigências do mundo contemporâneo.

3.7. PERFIL DO EGRESSO E COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

O Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Brasileira de Inovação (FABIN) forma profissionais éticos, críticos e inovadores, preparados para atuar em um ambiente jurídico dinâmico e em constante transformação. O perfil do egresso reflete o compromisso institucional com o Eixo de Formação Integral, previsto no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI 2023–2027), que integra as dimensões

técnica, ética, humanística, socioemocional e tecnológica da formação acadêmica.

Nessa perspectiva, o egresso é concebido como sujeito ativo do processo de aprendizagem, capaz de conjugar competência técnica e sensibilidade social, domínio científico e compromisso com o desenvolvimento sustentável. A formação recebida o capacita a compreender o Direito como instrumento de transformação da realidade, voltado à promoção da justiça, da cidadania e da dignidade humana.

O perfil do egresso está estruturado com base nos quatro pilares institucionais da FABIN, que orientam as competências essenciais a serem desenvolvidas durante a formação:

3.7.1. COMPETÊNCIA TÉCNICA E INOVAÇÃO

O egresso da FABIN deve dominar os fundamentos teóricos, metodológicos e práticos do Direito, aplicando-os com rigor técnico, raciocínio jurídico e capacidade argumentativa. Ele demonstra proficiência na leitura, interpretação e elaboração de textos legais, pareceres, contratos e peças processuais, bem como domínio das principais normas jurídicas e princípios constitucionais.

A formação inclui também o domínio das tecnologias aplicadas ao Direito – como plataformas digitais, bancos de dados jurídicos, sistemas de automação, inteligência artificial e big data – e o desenvolvimento de pensamento inovador, apto a propor soluções criativas e eficientes para os desafios da prática jurídica. O egresso é estimulado a utilizar ferramentas tecnológicas de modo ético e responsável, compreendendo as implicações jurídicas da transformação digital.

3.7.2. RESPONSABILIDADE ÉTICA E SOCIAL

O bacharel formado pela FABIN atua com elevado senso de justiça, integridade e respeito aos direitos humanos. Seu comportamento profissional está pautado por valores éticos e deontológicos, que norteiam tanto sua prática quanto sua relação com a sociedade.

A formação jurídica enfatiza a importância da ética aplicada às decisões,

da empatia e da escuta ativa, bem como o compromisso com a redução das desigualdades sociais e a promoção da justiça social. O egresso compreende o Direito não apenas como um conjunto de normas, mas como instrumento de inclusão, pacificação e solidariedade.

3.7.3. CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE

A formação do egresso estimula o exercício consciente da cidadania e a atuação comprometida com o desenvolvimento sustentável. Ele reconhece o papel do Direito na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e ambientalmente responsável.

O egresso é preparado para aplicar princípios de sustentabilidade socioambiental e de governança ética nas suas atividades profissionais, promovendo soluções jurídicas que considerem os impactos sociais, econômicos e ecológicos de cada decisão. Essa dimensão da formação também o habilita a contribuir ativamente para a formulação e execução de políticas públicas voltadas ao bem comum.

3.7.4. PROTAGONISMO E APRENDIZAGEM PERMANENTE

O egresso da FABIN é protagonista de sua trajetória de aprendizagem, demonstrando autonomia intelectual, liderança ética e espírito colaborativo. Ele desenvolve competências socioemocionais como empatia, criatividade, comunicação assertiva, pensamento crítico e trabalho em equipe, fundamentais para a atuação em contextos interdisciplinares e multiculturais.

A formação jurídica da FABIN incentiva a aprendizagem ao longo da vida e a atualização constante, preparando o egresso para lidar com as transformações tecnológicas, institucionais e sociais que caracterizam o século XXI. Ele é capaz de adaptar-se a novas realidades, inovar em sua prática e contribuir para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Com base nesses pilares, o egresso do Curso de Direito da Faculdade Brasileira de Inovação revela um perfil generalista, humanista e reflexivo, qualificado

para atuar em diferentes esferas do sistema de justiça e em setores públicos e privados, com ética, responsabilidade social e domínio técnico-científico.

Ao final de sua formação, espera-se que o profissional formado pela FABIN:

- a) Compreenda a complexidade das relações jurídicas e sociais em contextos locais, nacionais e globais;
- b) Atue de modo ético, colaborativo e criativo, promovendo a mediação e a resolução pacífica de conflitos;
- c) Exerça liderança responsável, pautada pelo respeito à diversidade e à pluralidade de ideias;
- d) Utilize as tecnologias digitais como aliadas na construção da justiça e na ampliação do acesso ao Direito; e
- e) Comprometa-se com a busca contínua do conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento humano, institucional e sustentável da sociedade.

Em síntese, o perfil do egresso do Curso de Direito da FABIN representa a síntese da Formação Integral prevista no PDI, unindo excelência técnica, empatia, inovação e compromisso social. O bacharel formado pela instituição é, portanto, um profissional capaz de pensar criticamente, agir eticamente e transformar positivamente o mundo por meio do Direito.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

O Curso de Direito da Faculdade Brasileira de Inovação (FABIN) foi concebido para integrar, de modo constante e dinâmico, os fundamentos teóricos do Direito com as experiências práticas indispensáveis ao exercício profissional contemporâneo. A proposta pedagógica, focada na formação de bacharéis éticos e competentes, conjuga conteúdos técnicos, competências argumentativas e desenvolvimento de valores humanistas, assegurando que os estudantes adquiram uma compreensão sólida da ciência jurídica e, ao mesmo tempo, cultivem a

sensibilidade social necessária para lidar com a variedade de demandas jurídicas na sociedade atual.

Ao longo de sua trajetória formativa, o discente é incentivado a estabelecer relações entre teoria e prática desde o início do curso. Nesse sentido, a FABIN privilegia metodologias ativas de aprendizagem que incluem debates jurídicos, estudos de caso, simulações processuais e atividades de extensão, aproximando o estudante de cenários concretos nos quais o Direito se manifesta e se desenvolve. Essa estratégia amplia a capacidade de assimilação dos conteúdos, ao mesmo tempo em que fortalece o senso crítico e a autonomia intelectual, fatores decisivos para a atuação profissional responsável.

O planejamento pedagógico também enfatiza o intercâmbio de saberes entre disciplinas. Em vez de abordar o Direito de forma compartimentada, a estrutura curricular busca promover uma visão integrada do ordenamento jurídico, de modo que questões de Direito Constitucional, por exemplo, possam dialogar com aspectos de Direito Civil ou Penal em atividades acadêmicas específicas. Essa abordagem interdisciplinar permite que o estudante analise e resolva problemas de maneira abrangente, considerando as variáveis sociais, econômicas e culturais que influenciam cada caso. Desse modo, o bacharel egresso estará apto a propor soluções jurídicas mais consistentes e sintonizadas com a realidade.

Outro ponto de destaque é a valorização do contato direto com a comunidade. Além de estágios supervisionados e núcleos de prática jurídica, a FABIN promove projetos de extensão que aproximam o estudante dos desafios enfrentados por diversos grupos sociais, incentivando a promoção da cidadania e a prestação de serviços jurídicos que atendam às demandas locais. Essa interação reforça o compromisso ético do curso e amplia a visão do discente sobre o papel transformador do Direito em sociedades marcadas por desigualdades e conflitos. A combinação de extensão, iniciação científica e práticas em sala de aula estimula não apenas o senso de responsabilidade social, mas também a capacidade de inovação diante de questões emergentes.

A instituição fomenta ainda a cultura da pesquisa, seja por meio de grupos de estudo temáticos ou pela participação em eventos científicos e publicação de artigos. Embora não sejam obrigatórias, as atividades de investigação jurídica conferem ao estudante uma visão analítica e aprofundada sobre as múltiplas áreas do Direito, estimulando a produção de conhecimento que se articule com as necessidades do mercado e a evolução das legislações. Assim, o discente aprende a buscar soluções criativas e bem embasadas, adequando-se aos avanços tecnológicos e às transformações socioeconômicas que impactam a realidade forense.

A concepção pedagógica do curso, alinhada à Diretriz Curricular Nacional (DCN), prioriza a adaptação contínua dos conteúdos e métodos de ensino, mantendo-se aberta a inovações e aprimoramentos que favoreçam o aprendizado. Essa adaptabilidade se reflete tanto na oferta de disciplinas como na organização de atividades práticas e avaliações, permitindo que cada estudante evolua segundo seu ritmo e interesses específicos, mas sempre dentro de um arcabouço acadêmico rigoroso e coerente. A flexibilidade curricular torna possível inserir temas emergentes, como novas tecnologias aplicadas ao Direito e discussões sobre ética digital, sem descurar das bases clássicas que sustentam a ciência jurídica.

Em suma, a concepção didático-pedagógica do Curso de Direito da FABIN se baseia na integração efetiva de teoria, prática, pesquisa e extensão, proporcionando uma formação humanística e cidadã que prepara o futuro bacharel para lidar com a diversidade de cenários e desafios do universo jurídico contemporâneo. A busca pela excelência acadêmica, aliada ao compromisso com a responsabilidade social e à abertura para inovações, caracteriza um percurso formativo no qual o estudante não apenas domina o conhecimento doutrinário, mas desenvolve também o senso crítico, a postura ética e a criatividade necessárias para contribuir de forma significativa com a transformação positiva da sociedade.

4.1. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO NO ÂMBITO DO CURSO DE DIREITO

As políticas institucionais de ensino da Faculdade Brasileira de Inovação (FABIN), estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), constituem

a base que orienta e consolida o funcionamento de seus cursos de graduação e pós graduação, garantindo a qualidade acadêmica, a atualização permanente dos processos pedagógicos e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

No âmbito do Curso de Direito, tais políticas se encontram plenamente implementadas e passam por melhorias contínuas, assegurando que o corpo discente e o corpo docente atuem em conjunto para alcançar resultados formativos à altura das demandas do mundo jurídico contemporâneo e das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs).

A concepção pedagógica do Curso de Direito da FABIN está firmada no princípio de que a educação deve ser concebida como um processo ao longo da vida, em sintonia com diretrizes defendidas por organismos como a UNESCO. Desse modo, a formação jurídica não se limita a fornecer ao estudante um repertório estático de normas e doutrinas, mas busca capacitá-lo para uma atuação reflexiva e crítica em um cenário marcado por transformações sociais, econômicas e tecnológicas cada vez mais aceleradas. Essa perspectiva se reflete na organização curricular e nos conteúdos selecionados, que não apenas seguem as DCNs do curso de Direito, mas também dialogam com as especificidades regionais da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), onde a FABIN se insere, e com as tendências globais na área jurídica.

As políticas institucionais de ensino visam garantir transparência e clareza quanto às informações curriculares, tornando as matrizes e os projetos pedagógicos de cada curso acessíveis à comunidade acadêmica por meio de canais institucionais. No Curso de Direito, essa transparência se reforça pela atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e dos colegiados, os quais analisam regularmente o andamento do curso, atualizando conteúdos e metodologias de acordo com as inovações no mercado de trabalho, às necessidades advindas de reformas legislativas e as mudanças sociopolíticas que afetam o exercício do Direito. Ao favorecer tal abertura e dinamismo, a FABIN assegura que o discente receba uma formação consistente, mas em constante aprimoramento, evitando a estagnação de conteúdos e práticas de ensino.

Outra vertente fundamental das políticas institucionais é a articulação entre teoria e prática, refletindo o compromisso da FABIN em preparar bacharéis que não apenas dominem conceitos jurídicos, mas também sejam capazes de aplicá-los em cenários reais. No Curso de Direito, tal articulação se materializa por meio de metodologias ativas de aprendizagem, como a aprendizagem baseada em problemas (PBL), estudos de caso, debates, núcleos de prática jurídica, simulações processuais e atividades de mediação de conflitos. Essas estratégias desenvolvem o raciocínio crítico, a argumentação coerente e a capacidade de solucionar problemas concretos, aptidões essenciais para o exercício de carreiras que vão desde a advocacia até as diversas funções públicas, como magistratura, Ministério Público ou Defensoria Pública.

A inovação tecnológica permeia as políticas de ensino da FABIN, reconhecendo que o Direito atravessa um período de transição em razão da digitalização de processos, do surgimento de novas plataformas de resolução de conflitos e do crescimento do uso de inteligência artificial. Ciente desse fenômeno, a instituição incentiva o emprego de ferramentas digitais, recursos interativos e ambientes virtuais de aprendizado que visam aprimorar a compreensão dos conteúdos e preparar os estudantes para a advocacia digital e para serviços jurídicos que, cada vez mais, empregam tecnologias avançadas. Além disso, a participação em projetos de pesquisa e extensão relacionados a temas como cibersegurança e proteção de dados confere ao discente um olhar ampliado sobre as repercussões tecnológicas nas relações jurídicas.

Dentro dessa perspectiva, a FABIN também valoriza a formação e a capacitação contínua do corpo docente. Por meio de políticas internas, incentiva a participação dos professores em eventos acadêmicos, congressos científicos, cursos de formação continuada e produção de pesquisas técnico-científicas. O objetivo é assegurar que os docentes do Curso de Direito se mantenham atualizados quanto às tendências jurisprudenciais, inovações legislativas e debates emergentes, de forma a mediar o conhecimento com consistência, dinamismo e visão contemporânea do sistema jurídico. Essa preocupação com a atualização constante do corpo docente

promove um ambiente acadêmico propício à inovação didática e à criação de oportunidades que estimulem a interação crítica entre docentes e discentes.

No tocante às ações de apoio estudantil, a instituição oferece programas de monitoria acadêmica, tutoria e acompanhamento pedagógico que permitem identificar dificuldades de aprendizagem e intervir de modo precoce, reduzindo possíveis índices de evasão. Tais iniciativas são fundamentais no Curso de Direito, em que a densa carga teórica e a necessidade de interpretação aprofundada de textos legais podem demandar apoio adicional aos estudantes, sobretudo nos semestres iniciais. A FABIN investe ainda em um programa de acompanhamento de egressos, mantendo um canal de comunicação contínuo entre ex-alunos e a instituição, disponibilizando cursos de atualização, redes de contatos profissionais e suporte à inserção no mercado de trabalho.

Por fim, a FABIN mantém um sistema de avaliação permanente do ensino que promove ajustes curriculares e metodológicos sempre que necessário, garantindo que as políticas de ensino sejam coerentes e se alinhem aos objetivos definidos para o Curso de Direito. Esse processo envolve a participação do NDE, dos colegiados, da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e de outros segmentos acadêmicos, gerando relatórios e sugestões que são analisadas e implementadas de forma sistemática. Dessa maneira, a instituição confirma o compromisso com a melhoria contínua, a inclusão, a inovação pedagógica e a formação de profissionais qualificados, capazes de responder às mais variadas demandas jurídicas da sociedade moderna.

4.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE EXTENSÃO NO ÂMBITO DO CURSO DE DIREITO

As políticas institucionais de extensão da Faculdade Brasileira de Inovação (FABIN), delineadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), visam fortalecer a relação entre a academia e a sociedade, tornando o ensino superior um instrumento efetivo de transformação social. No Curso de Direito, essas políticas ultrapassam a simples prestação de serviços e constituem um verdadeiro espaço de aprendizado prático e contextualizado, em que os estudantes podem experimentar, desde as fases iniciais, como o Direito impacta as relações humanas e a promoção da cidadania.

A concepção de extensão adotada pela FABIN baseia-se na ideia de que a formação jurídica não se conclui dentro das salas de aula, mas se aprofunda quando o conhecimento produzido na academia dialoga com as demandas reais da comunidade. Assim, o curso promove uma série de atividades que abrangem assistência jurídica gratuita, núcleos de mediação e conciliação, participação em projetos de cidadania e promoção de cursos que levem uma educação jurídica mais acessível a diferentes públicos. Essa abordagem prática enriquece a experiência dos futuros operadores do Direito e, simultaneamente, democratiza o saber jurídico, o que é fundamental em um país em que o acesso à Justiça ainda enfrenta tantos obstáculos.

As políticas de extensão reforçam o compromisso da FABIN com o desenvolvimento socioeconômico, tanto em nível regional quanto nacional. Por meio de parcerias com órgãos do sistema de justiça, entidades do terceiro setor, organizações governamentais e empresas, os discentes do Curso de Direito são expostos a casos e problemas que demandam análise crítica, flexibilidade de pensamento e capacidade de propor soluções embasadas na legislação, mas também sensíveis às variáveis sociais e culturais. Esse contato direto com as necessidades concretas da população estimula uma visão mais ampla do papel do Direito e aprofunda a compreensão dos desafios que permeiam a realidade brasileira.

A gestão da extensão no Curso de Direito ocorre de forma integrada, garantindo que os projetos realizados estejam alinhados ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e sejam supervisionados por docentes qualificados, conforme exigências institucionais. Dessa maneira, assegura-se tanto o rigor acadêmico quanto o impacto social efetivo das atividades, que vão desde a assessoria jurídica para comunidades de baixa renda até a organização de palestras temáticas e seminários abertos à população. As ações de mediação, arbitragem e conciliação também são bastante incentivadas, reconhecendo-se a crescente importância dos métodos alternativos de solução de conflitos na contemporaneidade, sobretudo para aliviar a sobrecarga do Poder Judiciário.

Para que tais iniciativas alcancem resultados consistentes, a FABIN estrutura seus objetivos de extensão em diferentes frentes. Primeiro, busca aproximar a comunidade acadêmica do sistema de justiça e da sociedade civil, proporcionando um ambiente de aprendizado genuinamente aplicado e vinculado às problemáticas locais. Segundo, estimula a participação ativa de professores, estudantes, técnicos administrativos e de outros segmentos da comunidade externa em eventos e ações de formação jurídica, elevando o nível do debate sobre temas essenciais, como os direitos fundamentais, a cidadania e a justiça social. Terceiro, promove a elaboração e a implementação de projetos de responsabilidade social voltados para a defesa dos direitos fundamentais, fortalecendo nos alunos a consciência de seu papel na transformação social e incentivando a atuação direta na comunidade.

Também se destaca o esforço para oferecer cursos de extensão que complementem a formação acadêmica dos graduandos e possibilitem uma imersão mais aprofundada em áreas específicas do Direito. Esses cursos, organizados em sintonia com as tendências do mercado jurídico, incluem tópicos como Direito Digital, Compliance, Mediação, Arbitragem e outros que se mostrem relevantes em decorrência das demandas do mundo profissional. Paralelamente, são disponibilizados cursos de qualificação para a comunidade externa, oferecendo caminhos de inserção ou crescimento no mercado de trabalho, mesmo para quem não é aluno regular da FABIN.

A efetivação dessas políticas de extensão ocorre por meio de uma institucionalização sistemática, formalizada nos regulamentos e projetos de extensão da FABIN e vinculada ao Núcleo de Inovação Acadêmica. Esse núcleo é responsável pela organização, normatização e supervisão das ações extensionistas, garantindo sua consonância com os valores e objetivos da instituição. O acompanhamento contínuo das atividades de extensão, bem como a avaliação de seus resultados, permite que a FABIN identifique oportunidades de aprimoramento e mantenha a extensão como um espaço de inovação e evolução social.

Com esse conjunto de medidas, o Curso de Direito da FABIN assegura aos estudantes uma vivência acadêmica que vai muito além do currículo tradicional,

oferecendo múltiplas oportunidades de aplicação prática do conhecimento jurídico. Por meio de parcerias, programas e projetos cuidadosamente estruturados, a extensão torna-se um pilar fundamental para o desenvolvimento de habilidades profissionais e para a formação de uma mentalidade comprometida com a inclusão, a justiça e a transformação social. O acompanhamento sistemático dessas ações e a possibilidade de revisão constante das políticas de extensão reforçam a condição de espaço privilegiado de inovação pedagógica e responsabilidade pública, impulsionando o acesso à justiça e contribuindo para a construção de uma cidadania mais sólida e participativa.

4.3. ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do Curso de Direito da FABIN, definida neste Projeto Pedagógico do Curso (PPC), foi concebida para assegurar flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade metodológica e compatibilidade da carga horária total. A organização curricular não apenas garante a articulação contínua entre teoria e prática, mas também explicita a interconexão entre os componentes curriculares, assegurando um percurso formativo coerente, progressivo e inovador.

Em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 5/2018, a matriz curricular do Curso de Direito da FABIN estrutura-se em quatro eixos formativos essenciais: Eixo de Formação Geral, Eixo de Formação Técnico-Jurídica, Eixo de Formação Prático Profissional e Eixo de Protagonismo Curricular. Além disso, foram incorporados conteúdos e componentes curriculares voltados ao desenvolvimento de conhecimentos jurídicos relevantes nos âmbitos regional, nacional e internacional, abrangendo tanto conteúdos clássicos quanto temas jurídicos emergentes.

4.3.1. PERSPECTIVA TRANSVERSAL 1: EIXO DE FORMAÇÃO GERAL

O Eixo de Formação Geral estabelece a base interdisciplinar do curso, promovendo a integração do Direito com as ciências humanas e sociais aplicadas, além de desenvolver competências essenciais como pesquisa, argumentação e inovação. Esse eixo compreende os seguintes componentes curriculares:

- Antropologia Jurídica
- Ciência Política
- Cultura e Relações Étnico-Raciais
- Economia Aplicada ao Direito
- Ética Geral e Filosofia Jurídica
- História do Direito
- Inovação
- Metodologia da Pesquisa Científica
- Português Instrumental
- Psicologia Aplicada ao Direito
- Sociologia Jurídica
- Teoria Geral do Estado

Essas disciplinas proporcionam ao estudante uma compreensão abrangente do Direito em seus aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos, garantindo uma visão crítica e interdisciplinar desde o início da formação.

4.3.2. PERSPECTIVA TRANSVERSAL 2: EIXO DE FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA

O Eixo de Formação Técnico-Jurídica organiza e sistematiza os conteúdos essenciais para a compreensão aprofundada das normas e princípios fundamentais do Direito. Esse eixo oferece uma base sólida e aplicada das diversas áreas do conhecimento jurídico, permitindo ao estudante desenvolver um raciocínio crítico, analítico e interpretativo indispensável à prática profissional e à tomada de decisões jurídicas fundamentadas.

Os componentes curriculares desse eixo abrangem disciplinas que cobrem desde os fundamentos teóricos até as aplicações práticas do Direito em suas múltiplas dimensões, incluindo:

- Aspectos Remuneratórios e Direito Coletivo do Trabalho
- Crimes em Espécie: Análise e Aplicação

- Delitos, Ilícitude e Culpabilidade: Teoria e Aplicação
- Direito das Famílias e das Relações Parentais
- Direito das Sucessões
- Direito de Empresa e Atividades Econômicas
- Direito Digital
- Direito Falimentar
- Direito Financeiro
- Direito Internacional Privado
- Direito Internacional Público
- Direitos Humanos e Fundamentais
- Direitos Reais e Posse
- Fundamentos da Administração Pública
- Fundamentos do Direito Tributário
- Hermenêutica Jurídica
- Introdução ao Direito Civil
- Introdução ao Direito Processual Penal
- Jurisdição Trabalhista e Resolução de Litígios
- Nulidades Processuais e Recursos no Processo Penal
- Penas e Medidas de Segurança: Teoria e Aplicação
- Previdência Social e Seguridade Social
- Processo Civil: Formação e Desenvolvimento
- Processo de Execução e Procedimentos Especiais Cíveis
- Processo Individual e Coletivo na Justiça do Trabalho
- Prova e Medidas Cautelares no Processo Penal
- Resolução Alternativa de Controvérsias
- Responsabilidade Civil
- Teoria da Constituição, Organização do Estado e Organização dos Poderes
- Teoria e Aplicação dos Recursos no Processo Civil
- Teoria Geral das Obrigações
- Teoria Geral do Direito
- Teoria Geral do Direito do Trabalho
- Teoria Geral do Direito Penal

- Teoria Geral dos Contratos
- Tópicos Avançados em Direito Tributário
- Tópicos Especiais em Direito Administrativo

A estrutura curricular desse eixo visa consolidar e aprofundar os conhecimentos fundamentais do Direito, preparando o estudante para atuar com segurança e precisão nos diversos campos jurídicos. Além disso, promove o desenvolvimento de habilidades essenciais, como interpretação normativa, argumentação jurídica, resolução de conflitos e aplicação prática dos institutos jurídicos nos diferentes ramos do Direito. Ao longo do curso, a combinação de teoria e prática permite que os alunos adquiram uma visão sistêmica do ordenamento jurídico, compreendendo suas inter-relações e impactos sociais, econômicos e institucionais.

4.3.3. PERSPECTIVA TRANSVERSAL 3: EIXO DE FORMAÇÃO PRÁTICO-PROFISSIONAL

O Eixo de Formação Prático-Profissional tem como objetivo consolidar e aprofundar a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso, proporcionando uma vivência dinâmica e integrada da prática jurídica. Esse eixo é essencial para o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias ao exercício da advocacia, da magistratura, do Ministério Público, da defensoria pública e de outras carreiras jurídicas, além de preparar os acadêmicos para enfrentar os desafios do mundo jurídico com maior segurança e eficiência.

Por meio de atividades supervisionadas, estudo de casos, simulações processuais e atendimento a demandas reais, os estudantes têm a oportunidade de aprimorar suas capacidades analíticas, argumentativas e técnicas. Dessa forma, o eixo busca estimular a postura ética, crítica e reflexiva, indispensável à atuação profissional responsável e comprometida com a justiça.

Os componentes curriculares que integram esse eixo são cuidadosamente estruturados para garantir uma formação ampla e aprofundada. São eles:

- Estágio Jurídico-Profissional
- Ética Profissional
- Introdução à Prática Jurídica
- Prática Jurídica em Ações Públicas
- Prática Jurídica em Direito Civil
- Prática Jurídica em Direito do Trabalho
- Prática Jurídica em Direito Penal
- Projeto do Trabalho de Conclusão de Curso
- Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

4.3.4. PERSPECTIVA TRANSVERSAL 4: EIXO DE PROTAGONISMO CURRICULAR

O Eixo de Protagonismo Curricular foi concebido para garantir maior autonomia aos estudantes na construção de sua trajetória acadêmica, permitindo-lhes aprofundar conhecimentos em áreas de interesse, diversificar suas experiências formativas e fortalecer sua identidade profissional ao longo do curso. Esse eixo reflete o compromisso com uma educação jurídica dinâmica e personalizada, alinhada às exigências do mercado de trabalho e às transformações sociais contemporâneas.

Os componentes curriculares que integram este eixo são:

- Atividades Complementares
- Eletiva I
- Eletiva II
- Eletiva III
- Eletiva IV

As Atividades Complementares possibilitam aos estudantes expandirem sua vivência acadêmica por meio da participação em projetos de pesquisa, eventos científicos, atividades de extensão, cursos livres e experiências extracurriculares. Essas atividades não apenas complementam a formação teórica, mas também incentivam a integração com diferentes áreas do conhecimento e a aplicação prática dos conceitos jurídicos.

As disciplinas eletivas desempenham um papel essencial na personalização do percurso formativo, permitindo que cada estudante aprofunde seus estudos em temas jurídicos emergentes e áreas de interesse específico. Esse mecanismo possibilita a adaptação do currículo às demandas contemporâneas da sociedade e às novas exigências do Direito, garantindo uma formação mais ampla e versátil.

Além disso, as disciplinas eletivas não são fixadas de forma rígida e permanente. Elas são estruturadas a partir de discussões e reflexões conduzidas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), que acompanha os fenômenos sociais, jurídicos e tecnológicos, identificando desafios que exigem respostas inovadoras do Direito. Dessa forma, o Eixo de Protagonismo Curricular assegura um aprendizado dinâmico, crítico e alinhado às necessidades de um profissional do Direito em constante evolução.

Assim, confirma-se o reconhecimento da autonomia do acadêmico na construção de sua trajetória, ao mesmo tempo em que se garante a vigilância constante frente às inovações e às demandas que surgem no tecido social. Essa abordagem flexível e dialógica torna o processo educativo continuamente atualizado, habilitando futuros profissionais a propor soluções jurídicas adequadas e eficazes para os problemas emergentes no cenário nacional e internacional.

Em síntese, a estrutura curricular do Curso de Direito da FABIN reflete um modelo de ensino dinâmico, articulado e inovador, proporcionando formação ampla e sólida para seus acadêmicos. Em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 5/2018, o curso organiza seus componentes curriculares de forma coerente e progressiva, promovendo uma formação jurídica de excelência, comprometida com a inovação, a ética e a responsabilidade social. Dessa forma, a FABIN reafirma seu compromisso com a qualificação dos futuros operadores do Direito, preparando-os para atuar de maneira eficaz nos desafios da advocacia e do sistema jurídico contemporâneo.

4.4. EMBASAMENTO METODOLÓGICO-PEDAGÓGICO

A abordagem metodológica no curso de direito da FABIN: integração entre *learning by doing* e a formação multidimensional

O Curso de Direito da FABIN fundamenta sua abordagem pedagógica na teoria do *learning by doing*, consolidando-se como uma instituição comprometida com uma formação ativa, crítica e integrada. Esse modelo rompe com paradigmas tradicionais baseados na mera transmissão de conhecimento e insere o estudante como protagonista no processo de aprendizagem, promovendo a construção do saber por meio da prática, da experimentação e da vivência direta de experiências contextualizadas ao universo jurídico.

A teoria do *learning by doing*, originada no campo educacional, defende que o aprendizado se torna mais significativo quando ocorre pela ação, incentivando a imersão dos estudantes em situações reais que não apenas reforçam a compreensão teórica, mas desenvolvem habilidades essenciais à prática jurídica, como argumentação, raciocínio crítico e tomada de decisão fundamentada. No contexto jurídico, essa abordagem se destaca ao superar a dicotomia entre teoria e prática, proporcionando experiências concretas que aproximam o discente da realidade profissional.

Dessa forma, a FABIN adota estratégias metodológicas que viabilizem essa integração, tais como simulações de casos, debates, análises jurisprudenciais, práticas supervisionadas e participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão. O objetivo é proporcionar uma formação que vá além do conhecimento normativo, fomentando a capacidade de resolver problemas jurídicos reais e atuar de maneira reflexiva, ética e socialmente responsável.

4.4.1. INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: UMA FORMAÇÃO JURÍDICA INTEGRAL

A FABIN estrutura seus processos de ensino com base na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo uma formação

ampliada, conectada à realidade social e alinhada às demandas contemporâneas do Direito. Essa integração fortalece a qualidade do ensino superior ao estimular a autorreflexão crítica, emancipação teórica e prática e construção de um conhecimento jurídico com significado social.

Os discentes são incentivados a participar de atividades acadêmicas que promovam a produção e sistematização do conhecimento jurídico, ampliando seus horizontes de formação profissional e sociocultural. Essa abordagem contribui para a conscientização social, ética e cidadã, elementos fundamentais para um profissional do Direito comprometido com a transformação social.

A metodologia pedagógica da FABIN rompe com a fragmentação tradicional do ensino jurídico, promovendo uma aprendizagem dinâmica, interativa e multidimensional. Assim, os componentes curriculares são planejados para integrar ensino, pesquisa e extensão de forma transversal, garantindo que os estudantes tenham contato direto com problemas jurídicos reais e desenvolvam habilidades para propor soluções inovadoras.

Essa articulação ocorre por meio de diversas estratégias metodológicas, tais como:

- Aulas expositivas dialogadas, promovendo a reflexão crítica sobre fundamentos jurídicos e sua aplicação na realidade social;
- Estudos de caso e simulações de julgamento, permitindo a vivência da prática processual e desenvolvimento da argumentação jurídica;
- Análises jurisprudenciais e debates acadêmicos, estimulando a interpretação crítica da legislação;
- Visitas técnicas e atividades extensionistas, proporcionando contato direto com instituições do sistema de justiça e comunidades que demandam assessoria jurídica;
- Projetos interdisciplinares e atividades complementares, ampliando o escopo da formação e incentivando a produção científica;
- Estágios supervisionados e participação em núcleos de prática jurídica,

aproximando os estudantes do exercício profissional e fomentando a aprendizagem baseada na experiência.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão permite que o conhecimento produzido em sala de aula não fique restrito ao ambiente acadêmico, mas seja aplicado de forma concreta na sociedade, fortalecendo o compromisso do curso com a formação de juristas críticos, éticos e socialmente responsáveis.

4.4.2. A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E A METODOLOGIA DIALÓGICA

A metodologia adotada pela FABIN parte do pressuposto de que o estudante é sujeito ativo na construção de seu conhecimento, desenvolvendo habilidades por meio da interação com o docente, mediada por um trabalho educativo intencionalmente planejado. Esse processo ocorre por meio do desafio constante ao raciocínio crítico, permitindo a integração progressiva de novos saberes às experiências prévias dos estudantes.

A metodologia dialógica e dialética sustenta-se na premissa de que a aprendizagem deve estar conectada às necessidades intelectuais, éticas, políticas, sociais e culturais dos discentes (VASCONCELLOS, 1992, p. 8). Esse processo fomenta o desenvolvimento analítico e a autonomia intelectual, permitindo que os discentes articulem a teoria com a práxis, conforme o entendimento de Kosik (1985, p. 206): “Conhecemos o mundo, as coisas, os processos somente na medida em que os ‘criamos’, isto é, na medida em que os reproduzimos espiritualmente e intelectualmente.”

Nesse contexto, a metodologia aplicada pela FABIN busca garantir uma formação integral e multidimensional, preparando os estudantes para interpretar normas, resolver problemas jurídicos e atuar de forma crítica e transformadora na sociedade.

4.4.3. A TRANSFORMAÇÃO DO ENSINO JURÍDICO E A SUPERAÇÃO DA FRAGMENTAÇÃO PEDAGÓGICA

A necessidade de integrar essas três dimensões do ensino superior decorre da transformação educacional impulsionada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996). Como aponta Martins (2004), a partir da promulgação da LDB tornou-se essencial repensar as concepções de ensino, pesquisa e extensão, buscando uma abordagem que relaciona a aprendizagem acadêmica com os desafios da realidade profissional.

A FABIN rompe com a visão fragmentada do conhecimento, promovendo uma estrutura curricular flexível e interconectada, onde estudantes e docentes assumem um papel ativo na construção do saber. Essa abordagem implica trazer para a sala de aula problemas reais da sociedade e desenvolver soluções jurídicas eficazes por meio da pesquisa e extensão.

Ao longo do curso, os discentes são desafiados a aplicar seus conhecimentos jurídicos em situações concretas, desenvolvendo competências essenciais para diversas carreiras jurídicas, incluindo advocacia, magistratura, serviço público e docência.

Para apoiar essa trajetória formativa, a FABIN disponibiliza infraestrutura acadêmica e suporte pedagógico, incluindo núcleos de pesquisa, grupos de estudo, assessoria jurídica gratuita, clínicas de prática jurídica e convênios com órgãos do sistema de justiça. Dessa forma, a instituição assegura que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão seja uma realidade concreta na formação de seus estudantes, promovendo um ensino jurídico inovador e alinhado às demandas da contemporaneidade.

4.4.4. SÍNTESE E PERSPECTIVAS: O COMPROMISSO DA FABIN COM A FORMAÇÃO JURÍDICA CONTEMPORÂNEA

Ao adotar a teoria do *learning by doing* como eixo estruturante de seu modelo pedagógico, a FABIN se consolida como uma instituição inovadora no ensino jurídico, comprometida com a excelência acadêmica e a formação de profissionais preparados para os desafios contemporâneos. A metodologia dialógica, aliada à pesquisa e extensão, permite que os estudantes desenvolvam competências

fundamentais, como argumentação, pensamento crítico e resolução de problemas jurídicos complexos.

Em última instância, essa abordagem visa formar operadores do Direito capacitados, humanizados e socialmente comprometidos, aptos a transformar a realidade jurídica e social por meio de uma atuação ética, técnica e inovadora.

A metodologia adotada pelo Curso de Direito da FABIN, conforme delineada no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), atende plenamente ao desenvolvimento dos conteúdos curriculares, às estratégias de aprendizagem e ao contínuo acompanhamento das atividades acadêmicas. A estrutura metodológica é planejada para garantir acessibilidade e promover a autonomia discente, estimulando a construção ativa do conhecimento e a aplicação prática dos saberes jurídicos. Além disso, as estratégias pedagógicas adotadas incorporam modelos de ensino dinâmicos e interativos, assegurando que os estudantes sejam agentes do próprio aprendizado, desenvolvendo habilidades analíticas, argumentativas e críticas essenciais para o exercício profissional.

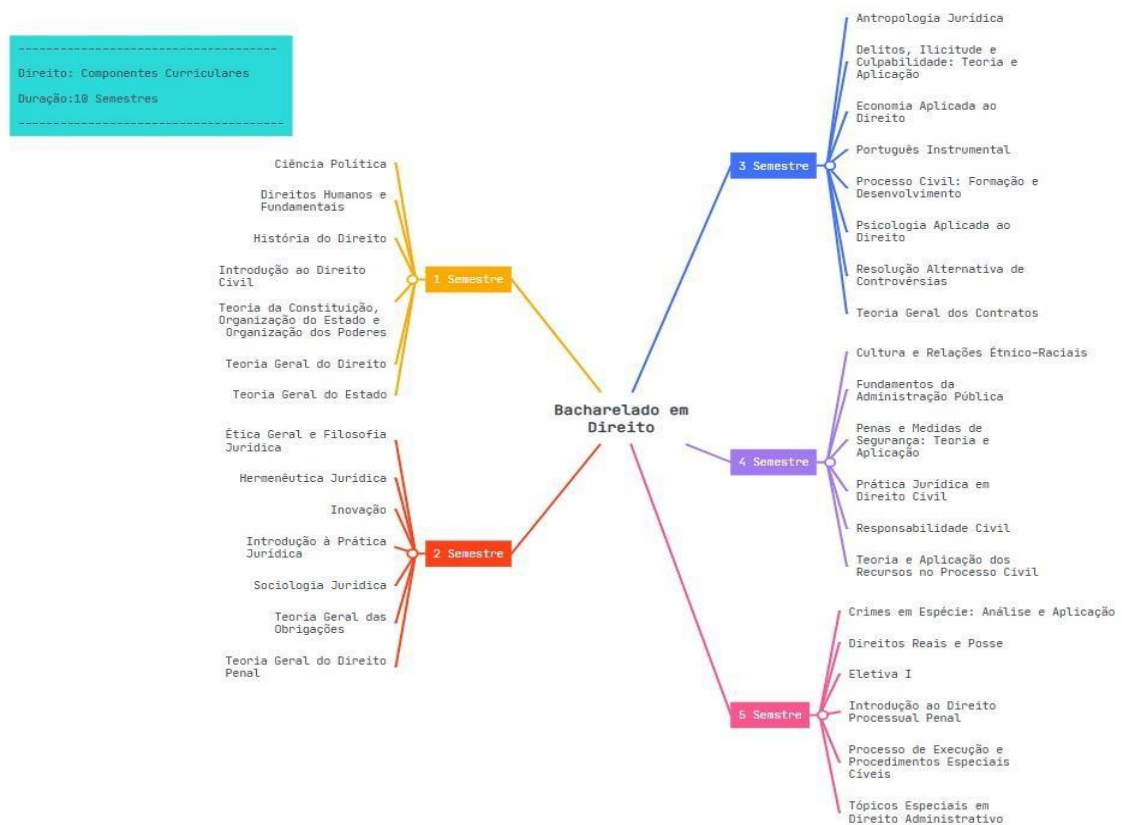
A abordagem metodológica do curso se destaca por sua forte articulação entre teoria e prática, favorecendo a aprendizagem por meio da imersão em experiências concretas, simulações jurídicas, estudos de caso e participação em projetos de extensão e pesquisa. Dessa forma, o modelo pedagógico da FABIN não apenas acompanha as tendências inovadoras da educação jurídica, mas também proporciona aprendizagens diferenciadas, utilizando recursos e práticas pedagógicas avançadas, alinhadas às demandas contemporâneas do Direito. A integração entre ensino, pesquisa e extensão e a adoção de metodologias ativas reafirmam o compromisso da instituição com uma formação inovadora, inclusiva e voltada à capacitação de profissionais preparados para atuar de forma crítica, ética e socialmente responsável.

4.5. SISTEMATIZAÇÃO DO ITINERÁRIO FORMATIVO

O itinerário formativo está sistematizado por semestres e organizado a

partir de um grupo de competências específicas a serem desenvolvidas, perpassando as perspectivas formativas de modo transversal no tempo e no conteúdo, segundo os parâmetros que seguem:

Figura 01 - Mapa Mental - Componentes curriculares 1 a 5 semestre.



Fonte: (FABIN, 2025)

4.6. MATRIZ DO CURSO

Semestre	Componente Curricular	CH
1º	Ciência Política	30h
	Direitos Humanos e Fundamentais	60h
	História do Direito	30h
	Introdução ao Direito Civil	60h
	Teoria da Constituição, Organização do Estado e Organização dos Poderes	60h
	Teoria Geral do Direito	60h
	Teoria Geral do Estado	30h

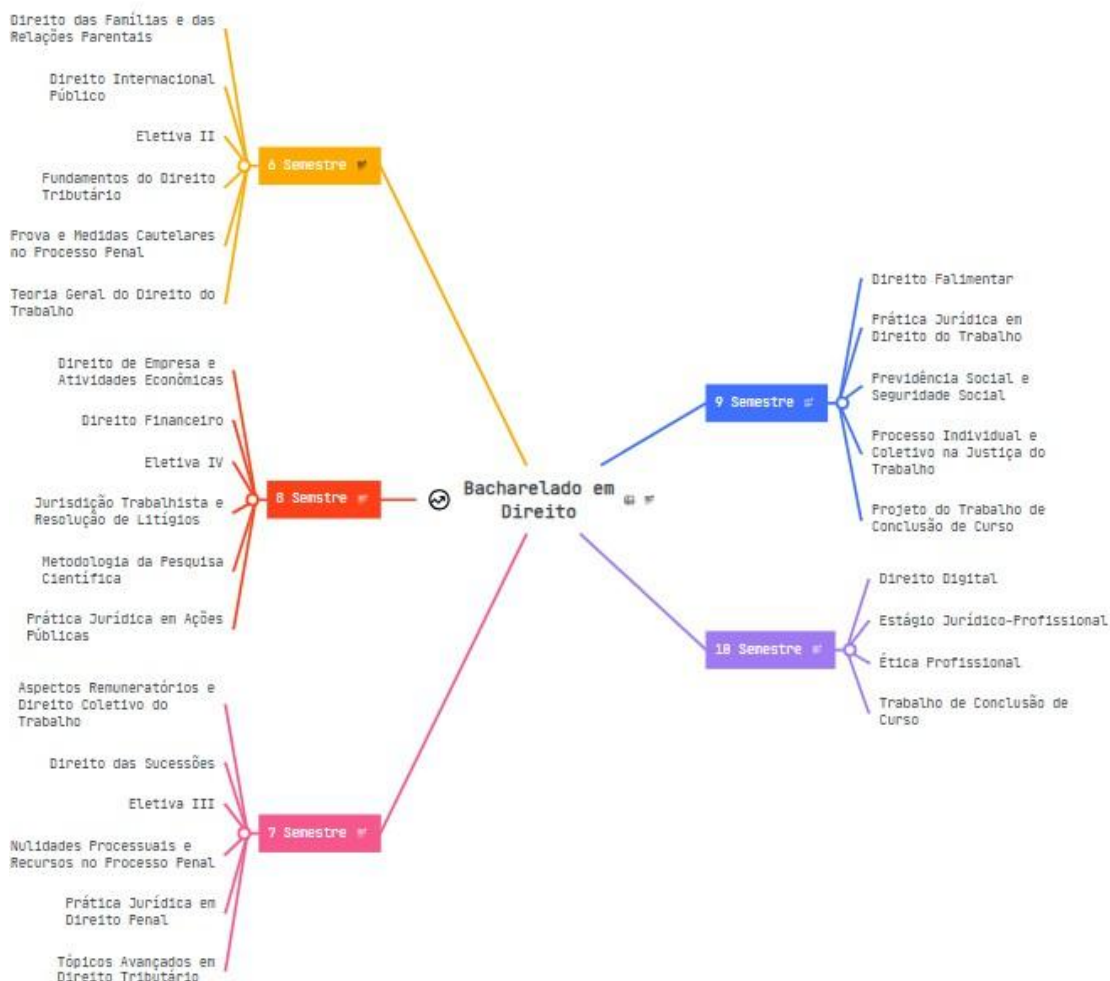
Semestre	Componente Curricular	CH
2º	Ética Geral e Filosofia Jurídica	30h
	Hermenêutica Jurídica	60h
	Inovação	30h
	Introdução à Prática Jurídica	90h
	Sociologia Jurídica	30h
	Teoria Geral das Obrigações	60h
	Teoria Geral do Direito Penal	60h

Semestre	Componente Curricular	CH
3º	Antropologia Jurídica	30h
	Delitos, Ilcitude e Culpabilidade: Teoria e Aplicação	60h
	Economia Aplicada ao Direito	30h
	Português Instrumental	30h
	Processo Civil: Formação e Desenvolvimento	60h
	Psicologia Aplicada ao Direito	30h
	Resolução Alternativa de Controvérsias	30h
	Teoria Geral dos Contratos	60h

Semestre	Componente Curricular	CH
4º	Cultura e Relações Étnico-Raciais	30h
	Fundamentos da Administração Pública	60h
	Penas e Medidas de Segurança: Teoria e Aplicação	60h
	Prática Jurídica em Direito Civil	90h
	Responsabilidade Civil	60h
	Teoria e Aplicação dos Recursos no Processo Civil	60h

Semestre	Componente Curricular	CH
5º	Crimes em Espécie: Análise e Aplicação	60h
	Direitos Reais e Posse	60h
	Eletiva I	30h
	Introdução ao Direito Processual Penal	60h
	Processo de Execução e Procedimentos Especiais Cíveis	60h
	Tópicos Especiais em Direito Administrativo	60h

Figura 02 - Mapa Mental - Componentes curriculares 6 ao 10 semestre.



Fonte: (FABIN, 2025)

Semestre	Componente Curricular	CH
6º	Direito das Famílias e das Relações Parentais	60h
	Direito Internacional Público	60h
	Eletiva II	30h
	Fundamentos do Direito Tributário	60h
	Prova e Medidas Cautelares no Processo Penal	60h
	Teoria Geral do Direito do Trabalho	60h

Semestre	Componente Curricular	CH
7º	Aspectos Remuneratórios e Direito Coletivo do Trabalho	60h
	Direito das Sucessões	60h
	Eletiva III	30h
	Nulidades Processuais e Recursos no Processo Penal	60h
	Prática Jurídica em Direito Penal	90h
	Tópicos Avançados em Direito Tributário	60h

Semestre	Componente Curricular	CH
8º	Direito de Empresa e Atividades Econômicas	60h
	Direito Financeiro	60h

	Eletiva IV	30h
	Jurisdição Trabalhista e Resolução de Litígios	60h
	Metodologia da Pesquisa Científica	60h
	Prática Jurídica em Ações Públicas	140h

Semestre	Componente Curricular	CH
9º	Direito Falimentar	60h
	Prática Jurídica em Direito do Trabalho	60h
	Previdência Social e Seguridade Social	60h
	Processo Individual e Coletivo na Justiça do Trabalho	90h
	Projeto do Trabalho de Conclusão de Curso	100h

Semestre	Componente Curricular	CH
10º	Direito Digital	60h
	Direito Internacional Privado	60h
	Estágio Jurídico-Profissional	90h
	Ética Profissional	60h
	Trabalho de Conclusão de Curso	84h
	Atividades Complementares	360h

	TOTAL DO CURSO	3.810h
--	-----------------------	---------------

A matriz curricular do curso foi estruturada para promover o desenvolvimento integral do perfil profissional do egresso, considerando a constante atualização dos conteúdos da área jurídica, a adequação da carga horária total em horas-relógio e a compatibilidade das referências bibliográficas. Além disso, a estrutura curricular assegura acessibilidade metodológica, permitindo que as disciplinas e atividades formativas sejam conduzidas de maneira dinâmica, inclusiva e eficiente.

O itinerário formativo incorpora, de forma transversal e interdisciplinar, conteúdos essenciais às políticas educacionais contemporâneas, garantindo a abordagem de temas relacionados à educação ambiental, aos direitos humanos e às relações étnico- raciais. A matriz curricular contempla o ensino da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena, reafirmando o compromisso da FABIN com a formação cidadã, a pluralidade cultural e a justiça social.

Além de proporcionar um percurso formativo alinhado às diretrizes nacionais, a organização curricular do curso apresenta elementos inovadores e diferenciadores na área do Direito, promovendo o contato dos estudantes com conhecimentos atualizados, relevantes e de impacto social. Assim, o curso de Direito da FABIN se destaca por integrar uma formação sólida, contemporânea e comprometida com as transformações do cenário jurídico e da sociedade.

4.7. ABORDAGEM INTER E TRANSDISCIPLINAR

O processo metodológico adotado pelo Curso de Direito da FABIN se fundamenta na interdisciplinaridade, uma abordagem que redefine a estrutura tradicional do conhecimento, promovendo a interdependência, interação e comunicação entre diversas áreas do saber. Essa perspectiva permite uma integração efetiva dos conteúdos, superando a fragmentação e possibilitando uma visão mais ampla e unificada do conhecimento. Dessa forma, a interdisciplinaridade não apenas

fortalece a relação entre ensino e pesquisa, mas também promove um aprendizado dinâmico e contextualizado, em que diferentes áreas do conhecimento dialogam sem comprometer suas especificidades.

A proposta pedagógica do curso visa superar a dicotomia entre ensino e pesquisa, compreendendo o aprendizado como um processo contínuo, formativo e colaborativo. O conhecimento jurídico não é tratado de forma isolada, mas sim em interconexão com outras disciplinas e áreas do saber, permitindo uma abordagem mais abrangente e alinhada com as demandas sociais contemporâneas. Além disso, busca-se estimular o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, capacitando os estudantes para analisar, interpretar e aplicar o direito de maneira integrada, ética e socialmente responsável.

Para que essa abordagem interdisciplinar se concretize, é essencial estabelecer conexões entre os conhecimentos e promover sua articulação de forma colaborativa. A metodologia adotada valoriza a construção e reconstrução do conhecimento por meio da interação entre ensino, pesquisa e extensão, incorporando não apenas os saberes acadêmicos, mas também as experiências de vida dos estudantes e o conhecimento popular. Esse processo favorece uma aprendizagem mais significativa, em que o direito é compreendido dentro de sua complexidade e inter-relação com as demais áreas sociais, econômicas, políticas e culturais.

No contexto do curso de Direito, essa abordagem é implementada por meio de projetos educacionais voltados para temas de interesse público, que incentivam a integração entre diferentes campos do conhecimento. Esses projetos têm como objetivo aproximar a teoria da prática, possibilitando que os estudantes compreendam as transformações sociais e jurídicas a partir de uma visão holística. Assim, questões como direitos fundamentais, cidadania, acesso à justiça, meio ambiente, inovação tecnológica e inclusão social são trabalhadas de maneira transversal em diversas disciplinas, proporcionando uma formação mais ampla e conectada com os desafios da realidade contemporânea.

Outro aspecto relevante dessa metodologia é a continuidade e progressão

do conhecimento ao longo da graduação. Os conteúdos abordados no curso não são tratados de forma estanque, mas como parte de um processo contínuo, em que o aprendizado se baseia no conhecimento prévio do aluno e se complementa com os futuros conteúdos a serem estudados. Para garantir essa coerência, os docentes têm liberdade para propor atividades que melhor se adequem às especificidades de seus componentes curriculares, utilizando abordagens didáticas que favoreçam a conexão entre os temas transversais e os objetivos específicos de cada disciplina.

O principal objetivo desse modelo metodológico é consolidar a compreensão de que o conhecimento jurídico não pode ser dissociado do contexto social em que está inserido. A formação acadêmica deve capacitar o estudante não apenas para o exercício técnico da profissão, mas também para a reflexão crítica sobre o papel do direito na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e comprometida com o bem comum. Nesse sentido, o ensino do Direito na FABIN enfatiza a centralidade da pessoa humana como sujeito de direitos, garantindo que a aplicação da lei esteja sempre pautada pela ética, pela justiça e pelo respeito à dignidade humana.

Com essa abordagem, o Curso de Direito da FABIN reafirma seu compromisso com uma formação sólida e integrada, preparando seus estudantes para enfrentar os desafios da prática jurídica de forma consciente, inovadora e socialmente responsável.

4.8. ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES (ACC)

Os estudantes do Curso de Direito da FABIN devem cumprir, ao longo de sua formação, um total de 360 (trezentas e sessenta) horas-relógio em Atividades Curriculares Complementares (ACC), devidamente comprovadas junto aos setores responsáveis da instituição.

As atividades aceitas incluem, mas não se limitam, a palestras, seminários, congressos, visitas técnicas, cursos de extensão, estágios supervisionados, atividades de iniciação científica, publicações acadêmicas, projetos de pesquisa

orientados, participação em grupos de estudo e ações de responsabilidade social.

O cumprimento integral dessa carga horária é um requisito obrigatório para a colação de grau e obtenção do diploma, conforme estabelecido no Regulamento de Atividades Curriculares Complementares, anexo a este documento.

As Atividades Curriculares Complementares (ACC) estão plenamente institucionalizadas no Curso de Direito da FABIN, garantindo flexibilidade, diversidade e aderência à formação acadêmica dos discentes, conforme estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). A regulamentação das ACC contempla uma carga horária bem definida, abrangendo múltiplas modalidades de atividades, permitindo que os estudantes complementam sua formação por meio de experiências enriquecedoras, alinhadas tanto à formação geral quanto à formação técnico-jurídica e prático-profissional. Essa estrutura possibilita um percurso acadêmico personalizado e dinâmico, incentivando o engajamento discente em atividades extracurriculares que ampliam sua vivência acadêmica e profissional.

Além disso, a FABIN adota na regulação, gestão e aproveitamento das atividades complementares, garantindo transparência e eficiência no acompanhamento do cumprimento da carga horária exigida. A instituição disponibiliza procedimentos claros para validação das atividades, canais institucionais para orientação dos acadêmicos e um sistema de registro que assegura o reconhecimento adequado das experiências complementares. Dessa forma, a estrutura das ACC não apenas reforça a qualidade da formação acadêmica, mas também assegura que os estudantes desenvolvam competências essenciais para a prática jurídica, ampliando sua inserção no mercado de trabalho e seu compromisso com a responsabilidade social.

4.9. CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

As atividades de extensão da FABIN representam uma troca sistemática e contínua de saberes, promovendo uma comunicação produtiva com a sociedade. A extensão dissemina a produção acadêmica e incentiva ações sociais, fortalecendo a

interação ensino-trabalho-comunidade e contribuindo com a prestação de serviços que impactam o contexto social. A curricularização da extensão, ao integrar-se às disciplinas de forma planejada, propicia uma oportunidade de aprendizado que alinha o conhecimento acadêmico ao perfil do egresso, promovendo uma formação prática e cidadã.

Conforme a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, as universidades devem assegurar que ao menos 10% da carga horária dos cursos de graduação sejam dedicados a programas e projetos de extensão, especialmente em áreas de grande relevância social. O Parecer CNE/CES nº 608/2018 e a Resolução CNE/CES nº 07/2018 reforçam essa diretriz, estabelecendo a “curricularização da extensão” como parte integrante do currículo dos cursos de graduação. Isso significa que as atividades de extensão estão incorporadas à matriz curricular, favorecendo uma aprendizagem ativa, significativa e vinculada ao contexto real, e atendendo tanto às necessidades da comunidade interna quanto externa.

No Curso de Bacharelado em Direito da FABIN, a curricularização da extensão será implementada ao se dedicar 10% (dez por cento) da carga horária de cada componente curricular a atividades de extensão, com cada professor responsável pela condução e monitoramento das ações extensionistas ligadas aos conteúdos trabalhados em sala de aula. Estas atividades, realizadas de forma interdisciplinar e colaborativa, permitem aos alunos envolver-se em projetos que refletem os desafios e demandas da sociedade, conectando o aprendizado teórico à prática. Como destaca Lima, esse processo possibilita que o estudante desenvolva não apenas habilidades técnicas, mas também competências socioemocionais e uma consciência crítica sobre seu papel social.

Além de atender ao percentual obrigatório, os projetos de extensão fortalecem o papel da extensão no Curso de Bacharelado em Direito ao integrar os saberes do ensino e da pesquisa. A participação ativa dos estudantes, como protagonistas da ação extensionista, é vista como um importante processo de qualificação da formação profissional, estimulando o desenvolvimento de uma postura ética e cidadã. Segundo Freire (2005), o aprendizado efetivo ocorre quando o aluno

se torna parte integrante do processo educacional, contribuindo e colaborando para transformar a realidade social em que está inserido.

Por fim, a FABIN se compromete a registrar e valorizar a participação não apenas dos alunos, mas também do corpo técnico-administrativo nas atividades de extensão, reconhecendo que a troca de saberes e a interação com a comunidade são essenciais para o desenvolvimento de um ambiente educacional transformador. Este engajamento, como destaca Santos (2015), é um fator decisivo para a promoção da permanência dos alunos e para a redução da evasão, tornando a extensão uma ferramenta potente para a formação integral dos futuros bacharéis em Direito.

4.10. PRÁTICA PROFISSIONAL

A Prática Profissional no Curso de Direito da FABIN é concebida como um procedimento didático-pedagógico essencial, fundamentado na articulação entre os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula e sua aplicação no mundo do trabalho. Esse processo visa promover o aperfeiçoamento técnico, científico, tecnológico e cultural dos estudantes, ampliando suas competências e contribuindo para sua formação como profissionais e cidadãos críticos, éticos e socialmente responsáveis.

No âmbito do Curso de Direito, a Prática Profissional deve ser desenvolvida de maneira estruturada e obrigatória, por meio dos componentes do Eixo de Formação Prático-Profissional (a saber, Estágio Jurídico-Profissional, Ética Profissional, Introdução à Prática Jurídica, Prática Jurídica em Ações Públicas, Prática Jurídica em Direito Civil, Prática Jurídica em Direito do Trabalho, Prática Jurídica em Direito Penal, Projeto do Trabalho de Conclusão de Curso e Trabalho de Conclusão de Curso). Além disso, sua execução pode ser enriquecida por meio das seguintes estratégias complementares:

- Projetos integradores, que promovem a interdisciplinaridade e a aplicação prática dos conteúdos estudados;
- Pesquisas acadêmico-científicas e/ou tecnológicas, incentivando a

produção de conhecimento e o desenvolvimento de soluções jurídicas inovadoras;

- Projetos e atividades de ensino e/ou extensão, voltados para a interação com a comunidade e o aprimoramento da formação acadêmica;
- Oficinas práticas, destinadas à aplicação dos conhecimentos adquiridos, com foco em problematizações e estudos de caso;
- Visitas técnicas, proporcionando contato direto com instituições jurídicas e profissionais do setor; e
- Demais atividades que envolvam aplicação prática dos saberes jurídicos, desde que devidamente regulamentadas e validadas pelos setores acadêmicos competentes.

Essa abordagem garante que os estudantes tenham uma experiência acadêmica mais completa, alinhando o aprendizado teórico à prática jurídica real, preparando-os para os desafios do exercício profissional e fortalecendo sua capacidade de atuação no mercado de trabalho.

4.11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

A fim de concluir o Curso de Direito, o aluno deverá apresentar, preferencialmente no último semestre, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Esse trabalho consistirá em uma pesquisa teórico-empírica ou na aplicação prática dos conhecimentos adquiridos durante o curso, seguindo os procedimentos metodológicos científicos. O Regulamento do TCC detalha as especificações do trabalho, as obrigações do orientador e do orientado, bem como os procedimentos para entrega e defesa.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está plenamente institucionalizado no Curso de Direito da FABIN, garantindo que sua realização ocorra de maneira estruturada e alinhada às exigências acadêmicas e científicas. A carga horária destinada ao TCC é rigorosamente definida no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), assegurando que os discentes disponham do tempo e dos recursos necessários para a elaboração de pesquisas aprofundadas e aplicadas. A

apresentação do trabalho pode seguir diferentes formatos, respeitando as diretrizes metodológicas e permitindo que o estudante demonstre sua capacidade de análise crítica, argumentação e aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso.

Além disso, a FABIN mantém um sistema organizado de orientação e coordenação do TCC, garantindo que os acadêmicos recebam suporte contínuo durante todo o processo de produção do trabalho. A instituição disponibiliza manuais atualizados de apoio, com orientações detalhadas sobre normas metodológicas, estrutura do trabalho, critérios de avaliação e procedimentos de entrega e defesa.

Após a conclusão, os TCCs são arquivados e disponibilizados em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet, promovendo a transparência acadêmica, a disseminação do conhecimento e o incentivo à pesquisa jurídica. Essa estrutura assegura que o TCC não seja apenas um requisito formal de conclusão do curso, mas uma oportunidade de produção científica relevante e de impacto para a comunidade acadêmica e profissional.

4.12. ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

O estágio não obrigatório no Curso de Direito é uma atividade extracurricular facultativa, que permite ao estudante aprofundar e complementar sua formação acadêmica por meio da aplicação prática dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso. Regulamentado pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, esse tipo de estágio, conforme estabelecido no Artigo 2º, §2º, caracteriza-se como uma atividade adicional à carga horária regular e obrigatória do curso, proporcionando uma experiência enriquecedora no âmbito jurídico.

Para realizar o estágio não obrigatório, o estudante deve atender a requisitos fundamentais previstos na legislação vigente. É indispensável que esteja regularmente matriculado e frequentando o curso, condição que deve ser atestada pela FABIN. Além disso, a realização do estágio requer a celebração de um termo de compromisso entre o aluno, a instituição concedente do estágio e a FABIN,

assegurando que as atividades desenvolvidas estejam alinhadas com as competências e os conteúdos da formação acadêmica do estudante, garantindo assim sua relevância para o aprendizado e a futura atuação profissional.

Esse tipo de estágio se configura como uma atividade essencial para a aprendizagem profissional, permitindo ao aluno vivenciar a rotina jurídica e enfrentar desafios práticos dentro da sua área de formação. Ele pode ser realizado em instituições públicas e privadas, escritórios de advocacia, departamentos jurídicos de empresas, órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, entre outros. O estágio pode ser iniciado em qualquer período do curso, desde que respeite a compatibilidade com a carga horária do estudante e a disponibilidade de vagas nas instituições concedentes.

Embora não seja um requisito obrigatório para a conclusão do curso, o estágio não obrigatório é altamente recomendado, pois desempenha um papel crucial na qualificação profissional do estudante. A experiência adquirida permite o contato direto com a prática do Direito, proporcionando o desenvolvimento de habilidades técnicas, analíticas e comportamentais essenciais para a atuação no mercado de trabalho. Dessa forma, ele se torna um instrumento valioso na formação do Bacharel em Direito, assegurando que o estudante tenha a oportunidade de complementar sua formação teórica com vivências práticas reais, sempre em conformidade com a Lei nº 11.788/08 e com as normas institucionais da FABIN.

Os direitos e deveres dos estagiários estão detalhados na legislação vigente. No que diz respeito à jornada de atividades, esta deve ser definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno, sendo obrigatoriamente formalizada no termo de compromisso. Além disso, a carga horária deve ser compatível com as atividades acadêmicas do estudante, não podendo ultrapassar 4 horas diárias e 20 horas semanais para estudantes com necessidades especiais e 6 horas diárias e 30 horas semanais para os demais casos.

A realização do estágio não obrigatório dependerá da disponibilidade de carga horária do estudante e da oferta de vagas pelas instituições públicas e privadas

da região. Além de possibilitar a consolidação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, o estágio pode ser contabilizado para o cumprimento da carga horária total destinada às atividades complementares do curso. Assim, reforça-se seu caráter formativo e sua contribuição para a inserção profissional do estudante, ampliando suas perspectivas de atuação e qualificando-o para os desafios do exercício da profissão jurídica.

4.13. AVALIAÇÃO

A avaliação no processo educativo é, por natureza, um fenômeno dinâmico e reflexivo, permeado por tensões que, quando bem conduzidas, estimulam a criatividade, o pensamento crítico e a transformação cultural de todos os envolvidos. No contexto da formação acadêmica, a avaliação deve ser compreendida não como um instrumento meramente classificatório, mas como uma estratégia didático pedagógica que envolve ativamente os estudantes na construção do conhecimento e na apropriação de sua própria aprendizagem.

Mais do que um meio de aferição de desempenho, avaliar significa ressignificar o ensino, reformulando as concepções sobre o que é aprender e ensinar. O simples registro de resultados se torna irrelevante se não for capaz de gerar mudanças, ajustes metodológicos e aperfeiçoamento das relações pedagógicas. Assim, a avaliação deve transcender a verificação pontual do rendimento acadêmico e constituir-se como um processo contínuo e integrador, permitindo a análise diagnóstica e a orientação do percurso formativo dos estudantes.

O processo avaliativo se inicia dentro de cada componente curricular e se estende para além dele, articulando-se com práticas interdisciplinares e experiências acadêmicas diversas, como projetos de ensino, pesquisa e extensão, estágios e atividades complementares. Dessa forma, a avaliação acompanha e orienta o desenvolvimento das competências essenciais ao egresso do Curso de Direito, garantindo que sua formação esteja alinhada às demandas do mercado e, sobretudo, da possibilidade do exercício responsável da cidadania.

A avaliação das atividades discentes é estruturada com base nos princípios e objetivos previstos neste Projeto Pedagógico do Curso (PPC), seguindo um processo contínuo, progressivo e formativo. O foco não se limita ao resultado final, mas considera todo o percurso acadêmico, valorizando a evolução individual do estudante e auxiliando na identificação e superação de dificuldades. Nesse sentido, a avaliação objetiva:

- Diagnosticar desafios e construir estratégias de superação, permitindo ao professor compreender o estágio de aprendizagem do aluno e identificar as causas das dificuldades encontradas;
- Fornecer informações qualitativas e quantitativas sobre o progresso acadêmico do estudante, tanto durante quanto ao final de cada etapa do processo de ensino- aprendizagem;
- Possibilitar o replanejamento das práticas pedagógicas, garantindo um ensino mais alinhado às necessidades do estudante e aos objetivos do curso;
- Estimular o desenvolvimento integral do aluno, tanto como profissional quanto como cidadão, promovendo a construção do conhecimento, a autonomia intelectual e a responsabilidade social.

A avaliação do rendimento escolar ocorre ao longo do semestre letivo e pode se materializar por meio de diversos instrumentos avaliativos, adequados aos objetivos de cada componente curricular. Entre os principais recursos utilizados, destacam-se:

- Resolução de problemas e atividades em grupo, promovendo o aprendizado colaborativo e a troca de experiências;
- Avaliações escritas individuais, possibilitando a análise crítica e a estruturação do pensamento jurídico e técnico;
- Desempenho em aulas práticas, evidenciando a aplicação dos conhecimentos em situações reais e simuladas;
- Seminários e exposições orais, estimulando a argumentação e a comunicação eficaz;

- Trabalhos de pesquisa bibliográfica, incentivando a investigação acadêmica e a construção do saber científico;
- Levantamento de dados em campo, proporcionando experiências empíricas que ampliam a compreensão dos fenômenos estudados;
- Condução de ensaios e experimentos, promovendo a aplicação da metodologia científica na solução de problemas complexos;
- Relatórios de visitas técnicas, facilitando a relação entre teoria e prática profissional;
- Projetos interdisciplinares, permitindo a integração de diferentes áreas do conhecimento em um contexto aplicado.

Os critérios de avaliação, bem como os instrumentos específicos adotados em cada disciplina, são detalhados no Plano de Ensino elaborado pelo docente responsável, seguindo as diretrizes da legislação institucional vigente. A avaliação da aprendizagem, portanto, não se restringe a um momento isolado, mas configura-se como um processo contínuo, que, por meio de reuniões e debates entre os docentes do curso, possibilita uma análise ampla do desenvolvimento acadêmico dos estudantes.

Além de medir o desempenho individual, a avaliação serve como um instrumento de diagnóstico e reorientação pedagógica, permitindo identificar os conhecimentos prévios dos estudantes e acompanhar a progressão de suas competências ao longo do curso. Dessa forma, possibilita ajustes no planejamento didático, na execução das atividades de ensino e na personalização das estratégias de aprendizagem, sempre com foco na formação de profissionais qualificados e preparados para os desafios do setor tecnológico.

Em relação à progressão acadêmica, o estudante que for reprovado em um componente curricular poderá prosseguir seus estudos, desde que respeite os pré requisitos estabelecidos e a compatibilidade de horários. A oferta dos componentes curriculares segue a sequência determinada pela grade curricular vigente, e a cada semestre os alunos recebem orientação de matrícula pela Coordenação do Curso, garantindo que sua trajetória acadêmica seja conduzida de maneira coerente e

estruturada.

4.14. RESULTADOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

O desempenho do estudante em cada componente curricular será avaliado semestralmente, por meio de notas que variam de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo permitida apenas uma casa decimal nas avaliações.

Cada componente curricular fará dois momentos avaliativos (G1 e G2, cada um valendo 10 pontos), devendo utilizar no mínimo dois instrumentos avaliativos distintos ao longo do semestre (i.e., pelo menos um para o G1 e um para o G2). A Média Semestral (MS) será calculada pela média aritmética dos momentos avaliativos, e a nota mínima necessária para aprovação direta no componente curricular será 6,0 (seis).

Caso o estudante não atinja a Média Semestral (MS) mínima de 6,0 (seis) ao final do período letivo, ele terá direito a realizar o Exame Final (EF). Os Exames Finais (EF) serão realizados após o término de cada componente curricular, em horário a ser definido com a Coordenação do Curso. Fica facultado ao docente definir os conteúdos que serão avaliados no Exame Final, que substituirá a nota do menor momento de avaliação (G1 ou G2), desde que, pelo menos, um deles seja igual ou superior a 2 (dois). A Média Final (MF) será o resultado da média do Exame Final e do maior momento avaliativo (G1 ou G2). Sendo desnecessário o Exame Final (EF), a Média Final (MF) e a Média Semestral (MS) coincidem.

Para ser aprovado no componente curricular, o estudante deverá cumprir dois critérios: frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e obtenção de Média Final (MF) igual ou superior a 6,0 (seis), conforme os critérios estabelecidos para a avaliação.

4.15. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS NO CURSO DE DIREITO DA FABIN

No Curso de Direito da FABIN, o aproveitamento de estudos permite a validação de componentes curriculares já cursados pelo estudante, seja no mesmo

nível de ensino ou em um nível mais avançado, mediante requerimento formal e conforme edital específico.

De acordo com as diretrizes acadêmicas da FABIN, a solicitação de aproveitamento de estudos deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

- Requerimento preenchido em formulário próprio, especificando os componentes curriculares que se pretende aproveitar;
- Histórico escolar ou certificação, acompanhado da descrição de conteúdos, ementas e carga horária dos componentes curriculares cursados, devidamente autenticados pela instituição de origem.

As solicitações deverão ser protocoladas na Secretaria Acadêmica da FABIN e encaminhadas à Coordenação do Curso, que será responsável pela tramitação, analisando a equivalência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) entre conteúdo e carga horária e emitirá um parecer conclusivo sobre a solicitação.

Registram-se, como regras e restrições básicas, que:

- Um mesmo componente curricular não poderá ser aproveitado mais de uma vez dentro do curso;
- O deferimento de um pedido de aproveitamento não garante automaticamente a concessão de novos aproveitamentos em disciplinas correlatas;
- Não serão aceitos pedidos de aproveitamento para componentes curriculares em que o estudante tenha sido reprovado; e
- Não serão aceitos aproveitamentos de conteúdos cursados há mais de 10 (dez) anos.

Os pedidos de aproveitamento de estudos deverão ser realizados dentro dos prazos estabelecidos pelo calendário acadêmico e pelo edital específico. A Coordenação do Curso informará o resultado à Secretaria, e o estudante deverá acompanhar a decisão sobre o deferimento.

Caso o aproveitamento seja concedido, essa informação será registrada no Histórico Escolar, indicando o nome do componente curricular aproveitado, a instituição onde foi cursado e seu equivalente na FABIN. A liberação do estudante da frequência às aulas só ocorrerá após a assinatura do termo de ciência, que será arquivado em sua pasta acadêmica.

4.15.1. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS EM PROGRAMAS DE MOBILIDADE ACADÊMICA

Estudantes do Curso de Direito da FABIN que tenham concluído disciplinas em programas de Mobilidade Acadêmica poderão solicitar o aproveitamento dos componentes curriculares, desde que apresentem os seguintes documentos:

- Requerimento preenchido com a especificação das disciplinas a serem validadas; e
- Histórico escolar oficial e programas das disciplinas cursadas, ou documento equivalente, contendo a descrição dos conteúdos abordados e as respectivas cargas horárias, devidamente autenticados pela instituição de origem.

Caso a documentação apresentada esteja em outro idioma, a tradução para o português deverá ser anexada ao processo. A decisão sobre o aproveitamento será encaminhada pela Coordenação do Curso à Secretaria Acadêmica, responsável por informar o estudante sobre o resultado do pedido.

4.15.2. CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS

Além do aproveitamento de estudos, os estudantes do Curso de Direito da FABIN poderão solicitar certificação de conhecimentos adquiridos por meio de experiências práticas previamente vivenciadas, inclusive fora do ambiente acadêmico. Essa certificação poderá resultar na dispensa de componentes curriculares da matriz

curricular, desde que seja devidamente comprovada.

Para a solicitação de certificação de conhecimentos, o estudante deverá apresentar:

- Requerimento preenchido, especificando os componentes curriculares que deseja validar; e
- Documentos comprobatórios dos conhecimentos adquiridos, conforme necessário.

Os pedidos devem ser protocolados na Secretaria Acadêmica, seguindo os prazos definidos no calendário acadêmico e no edital específico. A certificação de conhecimentos será concedida mediante a avaliação de um instrumento específico, elaborado e aplicado pelo professor responsável pelo componente curricular em questão, que emitirá um parecer final sobre a solicitação.

4.16. AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

O processo de avaliação do Curso de Direito da Faculdade Brasileira de Inovação (FABIN) insere-se no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, com o objetivo de garantir a qualidade acadêmica, o aprimoramento contínuo do curso e sua conformidade com as diretrizes nacionais da educação jurídica.

Esse sistema compreende três componentes principais: avaliação institucional, avaliação externa e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). A seguir, descrevem-se os principais instrumentos e ações que resultam desses processos avaliativos.

4.16.1. AVALIAÇÃO INTERNA: AUTOAVALIAÇÃO

A avaliação institucional do Curso de Direito da FABIN ocorre de maneira

contínua e sistemática, objetivando gerar informações estratégicas que subsidiam o aperfeiçoamento das ações pedagógicas e institucionais. Orientada pelas diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a autoavaliação busca assegurar a melhoria constante do ensino, bem como dos projetos de pesquisa e extensão. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é a instância responsável por conduzir esse processo, zelando para que práticas acadêmicas e administrativas estejam alinhadas aos objetivos institucionais e às exigências do Ministério da Educação (MEC).

No âmbito do Curso de Direito, a avaliação interna contempla um sistema estruturado de avaliação docente pelo discente, semestralmente realizado por meio de questionários on-line para cada componente curricular de turma. Essa abordagem obedece a um planejamento prévio, envolvendo a sensibilização da comunidade acadêmica, a aplicação dos questionários, a análise dos resultados e a elaboração de um relatório global que orienta ações voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade de ensino e do desempenho docente. Além disso, são realizadas avaliações semestrais do curso pelos próprios docentes e pelos alunos, bem como a autoavaliação discente. Essas diferentes modalidades de avaliação permitem obter um diagnóstico minucioso, direcionando a reprogramação e o aprimoramento constante do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

4.16.2. AVALIAÇÃO EXTERNA

A avaliação externa do Curso de Direito da FABIN, conduzida pelo Ministério da Educação (MEC), representa um instrumento essencial para a verificação de fatores como a adequação da matriz curricular, a qualificação do corpo docente, a infraestrutura e o perfil do egresso, em consonância com as necessidades da sociedade e do mercado jurídico. Essa avaliação ocorre por meio de dois mecanismos principais:

4.16.2.1. EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES (ENADE)

Previsto pelo SINAES, o ENADE avalia o nível de formação dos estudantes concluintes, investigando a aquisição de competências, habilidades e conhecimentos fundamentais para o exercício profissional do Direito. O exame mede também o grau

de atualização dos discentes em relação às exigências do mundo jurídico contemporâneo, possibilitando comparações com padrões nacionais de qualidade. A participação no ENADE é obrigatória, conforme a Lei nº 10.861/2004, e, tanto a realização quanto a dispensa constam no histórico acadêmico do aluno.

4.16.2.2. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA PELO INEP/MEC

Esse procedimento é levado a efeito por especialistas designados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que analisam de maneira criteriosa a estrutura e o funcionamento do curso, considerando a organização didático-pedagógica, a qualificação dos professores, os recursos físicos e tecnológicos e o desempenho acadêmico dos estudantes. A partir dessas observações, verificam-se a coerência entre os objetivos do curso e as demandas do sistema jurídico, recomendando-se ajustes e aperfeiçoamentos sempre que necessário.

Ao integrar-se ao SINAES, o Curso de Direito da FABIN reafirma seu compromisso com a excelência acadêmica, a transparência e a cultura de avaliação participativa. Por meio desse conjunto de instrumentos e práticas de análise, assegura-se que o curso permaneça em constante evolução, alinhado às diretrizes nacionais e atento às tendências do mercado, sem perder de vista a missão de formar operadores do Direito aptos a contribuir com a qualidade do sistema de justiça e com o progresso social. Essas ações, portanto, viabilizam a consolidação de uma comunidade acadêmica engajada, que valoriza a inovação e a busca contínua por melhorias em todos os âmbitos da formação jurídica.

5. CORPO DOCENTE

O Corpo Docente do Curso de Direito da FABIN é composto por profissionais qualificados e comprometidos com a excelência acadêmica. Sua atuação vai além da transmissão do conhecimento, promovendo uma educação inovadora, crítica e ética, em linha com as diretrizes da FABIN e as necessidades do mercado jurídico atual. Para isso, desempenham um papel fundamental na formação

acadêmica e profissional dos estudantes, abrangendo o ensino em sala de aula, pesquisa, extensão, formação ética e participação na administração da instituição.

Os docentes são responsáveis por ministrar aulas, conferências e seminários, conduzir trabalhos práticos, elaborar materiais acadêmicos e científicos, e participar de congressos e eventos. Além disso, devem orientar os alunos quanto à ética profissional, estimular a reflexão crítica e promover o compromisso com a justiça social. Para garantir a qualidade do ensino, desenvolvem e aprovam o plano de ensino, organizam atividades pedagógicas alinhadas ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC), ministram aulas conforme o programa acadêmico e a carga horária estipulada, aplicam avaliações e julgam os resultados acadêmicos.

O compromisso institucional dos docentes envolve o respeito às normas da FABIN, a participação em reuniões e eventos institucionais, e o conhecimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), do Regimento Interno (RI) e do PPC. Também desempenham funções administrativas, participando de comissões, conselhos e atividades institucionais, e assessorando projetos de ensino, pesquisa e extensão.

No campo da pesquisa e extensão, os docentes desenvolvem projetos vinculados à FABIN e participam de iniciativas que contribuem para o avanço do conhecimento jurídico e o desenvolvimento da comunidade.

5.1. COORDENAÇÃO DO CURSO

A Coordenação do Curso é órgão executivo da administração acadêmica responsável pelo planejamento, acompanhamento, controle e avaliação das atividades de ensino.

É exercida por um docente do curso, designado pela Direção Acadêmica.

Compete à Coordenação convocar e presidir o Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), assegurando a regularidade das reuniões, além

de representar o Curso perante as autoridades e órgãos da FABIN. Suas atribuições incluem a gestão acadêmica, garantindo a ordem e disciplina em laboratórios e demais ambientes específicos, bem como a orientação, supervisão e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Também cabe à Coordenação avaliar o desempenho docente quanto à assiduidade, pontualidade e cumprimento do conteúdo programático e da carga horária.

Além disso, a Coordenação deve acompanhar os registros acadêmicos nos diários de classe, supervisionar o desempenho dos discentes, autorizar estágios obrigatórios, propor intercâmbios acadêmicos e monitorar as atividades dos cursos de pós-graduação lato sensu. É de sua responsabilidade garantir a atualização dos Currículos Lattes dos docentes e manter a composição do Colegiado de Curso e do NDE conforme a legislação vigente.

Outras atribuições incluem a aplicação de sanções disciplinares nos limites do Regimento Geral, comunicação ao CONSEPE sobre descumprimentos de normas, promoção da interdisciplinaridade, elaboração do Plano Anual do Curso com planejamento orçamentário e cronograma de atividades, além da avaliação docente conforme os mecanismos institucionais. A Coordenação também delibera sobre transferências, aproveitamento de estudos e adaptação de disciplinas, propõe a aquisição de materiais didáticos e laboratoriais, organiza horários escolares e encaminha representações sobre condutas de docentes e discentes ao Colegiado de Curso. Ao final de cada período letivo, deve apresentar relatórios à Diretoria Acadêmica.

Adicionalmente, participa da elaboração e implementação do Projeto Pedagógico do Curso, propõe convênios ao CONSEPE, organiza eventos acadêmicos, submete projetos de pesquisa e extensão à Diretoria Acadêmica e indica membros para o NDE.

Também conduz processos eleitorais para escolha dos representantes do Colegiado de Curso e desempenha as demais funções previstas no Regimento Geral.

A Coordenação pode constituir comissões para estudos e projetos, conferir grau, assinar diplomas e certificados, praticar atos ad referendum do NDE ou do Colegiado de Curso e executar suas decisões, garantindo o cumprimento das normas institucionais. Entre suas responsabilidades, estão a distribuição de encargos de ensino, pesquisa e extensão entre os docentes, a análise de planos de ensino e pareceres sobre projetos acadêmicos e administrativos, bem como a manifestação sobre admissões, promoções e afastamentos do corpo docente.

Além disso, apoia as avaliações institucionais internas e externas da FABIN e colabora na formulação do plano e do calendário acadêmico.

5.2. COLEGIADO DE CURSO

Nos moldes do Regimento Geral, o Colegiado de Curso é composto pelo Coordenador, por todo o corpo docente, por um representante do técnico administrativo educacional e por um representante discente, ambos eleitos por seus pares, com mandatos fixados conforme os ditames legais.

Entre suas atribuições, cabe ao Colegiado emitir parecer sobre questões disciplinares envolvendo docentes e discentes, além de se manifestar em processos acadêmicos relacionados ao aproveitamento de estudos, transferências e outras demandas acadêmicas. Também é responsável por analisar e aprovar projetos especiais, semanas de estudos e atividades extraclasse propostas por docentes ou pelo Coordenador, bem como deliberar sobre matérias submetidas à sua apreciação.

O Colegiado deve incentivar a participação dos professores na avaliação de desempenho docente, visando aprimorar as condições dos processos de ensino e de aprendizagem. Também tem a função de julgar recursos interpostos por discentes contra atos de docentes, desde que relacionados ao ensino e ao trabalho escolar, em conformidade com o Regimento. No âmbito da pós-graduação lato sensu, supervisiona os cursos e participa de sua avaliação conforme a legislação vigente.

Além disso, compete ao Colegiado estabelecer diretrizes para projetos de

iniciação científica e pesquisa, propor ações de extensão conforme as normas da FABIN e homologar atos do Coordenador praticados *ad referendum*.

As reuniões ocorrem ordinariamente no início e no final de cada período letivo e, extraordinariamente, por convocação do Coordenador ou de dois terços de seus membros, mediante apresentação prévia da pauta dos assuntos a serem discutidos.

5.3. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão responsável pela criação, atualização, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso de graduação. Presidido pela Coordenação do Curso, o NDE inclui outros quatro professores do curso e dentre os cinco, pelo menos três de formação jurídica e um de componente curricular propedêutico. Todos os membros possuem titulação *stricto sensu* reconhecida pela CAPES e atuam em regime de tempo parcial ou integral, sendo no mínimo 20% em tempo integral. Os integrantes são eleitos por seus pares e nomeados pelo CONSEPE para um mandato de dois anos, com possibilidade de recondução por mais uma vez (excetuando o Presidente, por ser membro nato).

Compete ao NDE elaborar e implementar o Projeto Pedagógico do Curso, submetendo-o à aprovação do CONSEPE, além de propor alterações na estrutura curricular e nos conteúdos programáticos das disciplinas. Também é responsável pela supervisão didática e científica do curso, garantindo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O NDE pode estabelecer programas de complementação curricular quando necessário, bem como regulamentar estágio obrigatório, trabalho de conclusão de curso, projeto experimental e atividades complementares.

Além disso, cabe ao NDE propor e encaminhar projetos de ensino, pesquisa e extensão para aprovação do CONSEPE, examinar e aprovar os planos de ensino apresentados pelos docentes e emitir pareceres sobre questões didático-pedagógicas do curso.

O Núcleo se reúne ordinariamente no início e no final de cada período letivo e, extraordinariamente, por convocação do Coordenador do Curso ou de dois terços de seus membros, mediante apresentação prévia da pauta dos assuntos a serem discutidos.

5.4. NÚCLEO DE APOIO AO DOCENTE E AO DISCENTE - NADD

A Faculdade Brasileira de Inovação – FABIN, tem como foco oferecer uma educação de qualidade que promova não apenas o crescimento acadêmico, mas também o desenvolvimento pessoal e profissional de nossos alunos. Por essa razão, o Núcleo de Apoio ao Docente e ao Discente - NADD foi instituído com o propósito de prestar acompanhamento pedagógico-psicopedagógico, intermediação da formação acadêmica e profissional, bem como suporte e orientação didático-pedagógica junto ao docente, visando contribuir no processo de ensino e aprendizagem institucional. Legislação: Regulamentado pelo artigo 5, parágrafo IX, do Regimento da FABIN, aprovado em agosto de 2022.

O NADD é composto por:

- a) coordenador(a) responsável técnico, com formação em Pedagogia e/ou Psicopedagogia;
- b) apoio dos Coordenadores Acadêmicos dos cursos de Psicologia e Direito;
- c) apoio de um funcionário Técnico-administrativo da Instituição.

De modo geral o NADD tem por objetivo oferecer um espaço de atendimento acolhedor ao docente e discente, buscando soluções às dificuldades apresentadas no contexto do processo ensino e aprendizagem, através do acompanhamento do estudante, desde o seu ingresso na instituição até o término da sua formação, como também, auxiliar o docente nos aspectos didático-pedagógicos.

Quanto aos objetivos específicos o NADD deve:

- a) orientar e auxiliar os estudantes e docentes para a resolução de problemas acadêmicos e de relacionamento interpessoal que interferem no processo de aprendizagem, desenvolvimento profissional e pessoal;
- b) garantir a permanência, integração e participação do acadêmico, realizando intervenções quando necessário e propondo ações que visem a continuidade dos estudos e a presença efetiva na Instituição;
- c) acompanhar o desempenho discente e a identificação de dificuldades para o aprendizado, sejam atuais ou advindas de sua formação anterior, bem como a busca de soluções que permitam um melhor aproveitamento no processo de aprendizagem tendo como consequência uma melhor formação.

Dentre as atribuições e ações do setor, estão:

- a) atendimento Pedagógico-psicopedagógico discente;
- b) acompanhamento do desempenho acadêmico dos estudantes;
- c) orientação e mediação pedagógica docente;
- d) promover programa de formação continuada junto aos docentes, com o apoio dos coordenadores acadêmicos;
- e) acompanhamento da frequência acadêmica dos estudantes;
- f) organização de eventos e ações de integração institucional;
- g) atendimento de Reclamações e Sugestões (Ouvidoria);
- h) programa de Monitoria Acadêmica com o apoio dos Coordenadores Acadêmicos;
- i) organização de Atividades extracurriculares e de extensão;
- j) promoção da Inclusão dos discentes com necessidades educacionais especiais.

O atendimento é realizado presencialmente pelo NADD, realizado semanalmente, nas 4ª e 5ª-feiras, no horário das 17h30 às 20h, com agendamento prévio pelo(a) Coordenador(a) responsável do setor ou sempre que houver necessidade por iniciativa do acadêmico.

Caso o docente e/ou o Coordenador Acadêmico identifique a necessidade de atendimento pedagógico e/ou psicopedagógico de algum estudante, deverá buscar a Coordenação do NADD para expor a problemática e encaminhamento junto ao setor.

Os atendimentos realizados pelo NADD serão registrados em formulário específico, resguardando a confidencialidade das informações referente aos atendimentos individuais dos estudantes, conforme as normas e resoluções profissionais.

5.5. CAPACITAÇÃO DOCENTE

A FABIN, em consonância com seus documentos oficiais, valoriza e respeita seus profissionais, buscando constantemente qualificar suas condições de trabalho. As políticas de pessoal, descritas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), norteiam as ações de contratação, aperfeiçoamento e valorização do corpo docente e técnico-administrativo, reconhecendo a importância desses atores para o alcance das metas institucionais.

A instituição investe na construção de uma cultura que valoriza e aprimora os processos de ensino e de aprendizagem. Para isso, a Diretoria dispõe de uma estrutura que permite o acompanhamento e a avaliação do trabalho docente por meio de propostas integradas. A avaliação institucional e diagnósticos de consulta fornecem dados importantes para o planejamento de ações futuras.

Dentre as iniciativas de aperfeiçoamento, destacam-se os Encontros de Formação Docente Continuada, realizados periodicamente com palestras, oficinas e mesas redondas. Essas atividades, presenciais, abordam temas como metodologias de ensino, relação professor-aluno, saúde e bem-estar docente, tecnologias de informação e comunicação, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), avaliação dos cursos, ENADE, inclusão de alunos com deficiências e temas transversais.

5.6. SITUAÇÃO ATUAL

No Curso de Direito da FABIN, os professores possuem qualificação específica e integram ensino, pesquisa e extensão nos componentes curriculares em que se inserem, promovendo a articulação entre teoria e prática.

A seleção do corpo docente tem sido guiada por uma política de qualificação que prioriza a titulação acadêmica, a compatibilidade com as disciplinas ministradas e um regime de trabalho adequado às necessidades do curso. Além da formação *stricto sensu*, são valorizadas a participação em pesquisas, a produção e publicação científica, artística e tecnológica, a atuação em comissões e comitês, bem como a organização de eventos acadêmicos, como simpósios, congressos, oficinas, seminários, encontros e fóruns. Destaca-se, ainda, o envolvimento dos docentes em atividades extensionistas, cursos de formação e sua adesão aos princípios e valores institucionais.

No momento da presente revisão, os órgãos aqui discutidos estão preenchidos da seguinte maneira:

Coordenação do Curso

- **VALQUIRIA PALMIRA CIROLINI WENDT** – Docente, Doutora em Direito

Núcleo Docente Estruturante

- **VALQUIRIA PALMIRA CIROLINI WENDT** – Docente, Doutora em Direito;
- **MARCELO MADUELL GUIMARÃES** – Docente, Mestre em Direito;
- **GABRIEL FRAGA HAMESTER** – Docente, Mestre em Direito
- **JOSE EDUARDO AIDIKAITIS PREVIDELLI** – Docente, Mestre em Direito

ANEXO I: EMENTÁRIO DO CURSO**1º SEMESTRE:****COMPONENTE CURRICULAR:** Ciência Política**EMENTA:**

Política e poder; o poder simbólico; Regimes políticos: democracia, autoritarismo e totalitarismo; Presidencialismo, parlamentarismo e semipresidencialismo; Sistemas eleitorais: majoritário, proporcional e misto; Partidos políticos e sistemas partidários; Eleições e comportamento eleitoral; Escala esquerda-centro-direita; Liberalismo, conservadorismo e socialismo; Poder Executivo, Legislativo e Judiciário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERREIRA, Lier Pires; GUANABARA, Ricardo; JORGE, Vladimyr Lombardo. Curso de ciência política: grandes autores do pensamento político moderno e contemporâneo. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Processo, 2024. ISBN 978- 65-5378-110-8.

LEITE, Fernando. Ciência política: da antiguidade aos dias de hoje. 1. ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2016. ISBN 978-85-5972-233-8.

LUCAS, João Ignacio Pires. Ciência política. 1. ed. Porto Alegre: Editora Educus, 2021. ISBN 978-65-5807-106-8.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CALABREZ, Felipe. Introdução à economia política: o percurso histórico de uma ciência social. Curitiba, PR: Editora Intersaberes, 2020. ISBN 978-85-227-0203- 9.

FRIEDE, Reis. Lições esquematizadas de ciência política e TGE. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2017. ISBN 978-85-7987-285-3.

GUNDIM, Wagner. Estado e poder: fundamentos da ciência política e da teoria geral do Estado. 1. ed. São Paulo, SP: Ícone Editora, 2024. ISBN 978-65-8617- 942-2.

QUADROS, Doacir Gonçalves de. Fundamentos em ciência política e teoria do

Estado. 1. ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2021. ISBN 978-65-8981-857-1

WEBER, Max. Política como vocação e ofício. 1. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2021.
ISBN 978-65-5713-197-8.

COMPONENTE CURRICULAR: Direitos Humanos e Fundamentais**EMENTA:**

Direitos Humanos: conceitos; contextualização histórica; gerações. Distinção entre Direitos Humanos e direitos fundamentais. Teoria dos princípios e hermenêutica constitucional. Direitos Fundamentais: suporte fático; restrições; conteúdo essencial; eficácia. Realidade constitucional brasileira: preâmbulo constitucional; princípios fundamentais; objetivos fundamentais; princípios da ordem internacional; classificação dos direitos fundamentais; fundamentalidade material e formal; direitos individuais e coletivos; direitos sociais; nacionalidade; partidos políticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ESTEFAM, André. Direitos humanos. 1. ed. São Paulo: Editora Rideel, 2022. ISBN 978-65-5738-946-1.

MELLO, Cleyson de Moraes. Direitos fundamentais. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2023. ISBN 978-65-9975-690-0.

OMMATI, José Emílio Medauar. Uma teoria dos direitos fundamentais. 8. ed. Belo Horizonte: Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2021. ISBN 978-65- 8960-263- 7.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FACHIN, Melina Girardi. Guia de proteção dos direitos humanos: sistemas internacionais e sistema constitucional. 1. ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2019. ISBN 978-85-5972-938-2.

GALHANO, Fernando Cesar Novaes. Direitos humanos. 2. ed. São Paulo: Editora Rideel, 2016. ISBN 978-85-339-4433-6.

PINHEIRO, Daniella Maria. Direitos humanos. 1. ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2022. ISBN 978-65-5517-161-7.

RIOS, Mariza; CARVALHO, Newton Teixeira. Direitos humanos e democracia em construção: desafios atuais. 1. ed. Belo Horizonte: Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020. ISBN 978-65-8652-927-2.

SAITO, Tiemi. Direitos humanos. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. ISBN 978- 65-5745-188-5.

COMPONENTE CURRICULAR: História do Direito**EMENTA:**

Origens do Direito. Evolução histórica. Direito Romano. Revolução Francesa. Movimento Iluminista. Direito brasileiro colonial e moderno. Temas de escravidão e influências culturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANGELOZZI, Gilberto. História do direito no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2009. ISBN 978-85-9996-074-5.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Constitucionalismo e história do direito. 2. ed. Belo Horizonte: Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020. ISBN 978-65-8652-924-1.

DUARTE, César Maximiano. História do direito: ascensão e degeneração do pensamento jurídico. Curitiba, PR: Editora Appris, 2023. ISBN 978-65-2504-424-8.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COVOLAN, Fernanda Cristina. História das leis sociais no Brasil. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco e Littera, 2020. ISBN 978-65-8778-260-7.

GUANDALINI JUNIOR, Walter. História do direito romano. 1. ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2021. ISBN 978-65-5517-759-6.

GUARINELLO, Noberto Luiz. História antiga. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013. ISBN 978-85-7244-794-2.

MAGNOLI, Demétrio. História das guerras. 4. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2022. ISBN 978-85-7244-395-1.

REIS, José Carlos. História da "consciência histórica" ocidental contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricoeur. 1. ed. São Paulo: Autêntica Editora, 2011. ISBN 978-85-8217-825-6.

COMPONENTE CURRICULAR: Introdução ao Direito Civil**EMENTA:**

Características e princípios fundamentais. Sujeitos de direito: personalidade jurídica, pessoas naturais e jurídicas, estado, capacidade, domicílio, morte e ausência. Direitos da personalidade. Objeto do direito: bens, classificações e patrimônios. Fatos, atos e negócios jurídicos: elementos essenciais e acidentais. Defeitos do negócio jurídico: erro, dolo, coação, lesão, estado de perigo e fraude contra credores. Extinção de direitos: prescrição e decadência. Prova de atos e negócios jurídicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAÚJO, Rogério Andrade Cavalcanti. Direito civil brasileiro: parte geral. 2. ed. Indaiatuba: Editora Foco, 2021. ISBN 978-65-5515-363-7.

CAMPOS, Aurélio Bouret. Direito civil: parte geral, contratos, obrigações e responsabilidade civil. 1. ed. São Paulo: Editora Rideel, 2022. ISBN 978-65- 5738-932-4.

MELLO, Cleyson de Moraes. Direito civil: parte geral. 7. ed. [Local não informado]: Editora Processo, 2024. ISBN 978-65-5378-218-1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARANEGA, Guilherme. Direito civil: os direitos da personalidade. Belo Horizonte, MG: Editora Dialética, 2024. ISBN 978-65-2701-313-6.

GAGLIARDI, Andreia Ruzzante; CASSETTARI, Christiano; SALAROLI, Marcelo; CAMARGO NETO, Mario de Carvalho. Registro civil das pessoas naturais. 6. ed. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2024. ISBN 978-65-6120-107-0.

MELO, Nehemias Domingos de. Lições de direito civil: teoria geral - das pessoas, dos bens e dos negócios jurídicos. 5. ed. Indaiatuba: Editora Foco, 2022. ISBN 978-65-5515-650-8.

MUZY, Evandro. Direito das pessoas com deficiência. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2022. ISBN 978-65-5675-106-1.

STANCIOLI, Brunello; OLIVEIRA, Ludmila Junqueira Duarte. Neurodireito e negócios jurídicos. 1. ed. Indaiatuba: Editora Foco, 2022. ISBN 978-65-5515- 476- 4.

ZAMPIER, Bruno. Bens digitais. 3. ed. Indaiatuba: Editora Foco, 2024. ISBN 978- 65- 6120-130-8.

COMPONENTE CURRICULAR: Teoria da Constituição, Organização do Estado e Organização dos Poderes

EMENTA:

Conceito, características e fontes do Direito Constitucional. Teoria da Constituição: conceito, características, fontes, classificações; hierarquia das fontes e supremacia da Constituição. Poder Constituinte: características, natureza jurídica, classificações, titularidade, formas de manifestação; limites formais, temporais, circunstanciais e materiais (implícitos e explícitos). Organização do Estado brasileiro: organização político administrativa da União, dos Estados federados, dos Municípios, do Distrito Federal e dos Territórios; da intervenção. Organização dos Poderes no Brasil: Poder Legislativo (do Congresso Nacional, suas Casas e suas atribuições; prerrogativas parlamentares; das reuniões; das Comissões; do processo legislativo; da fiscalização contábil, financeira e orçamentária); Poder Executivo (do Presidente e do Vice-Presidente da República; da responsabilidade do Presidente da República; do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional). Da defesa do Estado e das instituições democráticas: do estado de defesa e do estado de sítio; das Forças Armadas. O controle de constitucionalidade: origens e modelos; controle político e judicial; controle preventivo e repressivo; o controle de constitucionalidade no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ESTEFAM, André; BARONOVSKY, Ricardo Sanchez. Direito constitucional. 2. ed. São Paulo, SP: Editora Rideel, 2023. ISBN 978-85-3396-062-6.

MESSA, Ana Flávia. Direito constitucional. 6. ed. São Paulo: Editora Rideel, 2022. ISBN 978-65-5738-950-8.

PEREIRA, Fábio Franco. Direito constitucional. 1. ed. São Paulo: Editora Rideel, 2022. ISBN 978-65-5738-580-7.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DA SILVA, Heleno Florindo; DA SILVA, Weder Ferreira. Direito constitucional:

teoria da constituição - direitos e deveres fundamentais. Belo Horizonte, MG: Editora Dialética, 2024. ISBN 978-65-2701-423-2.

FUTTERLEIB, Lúgia Leindecker. Fundamentos do direito constitucional. 1. ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2012. ISBN 978-85-8212-543-4.

HACK, Érico. Direito constitucional: conceitos, fundamentos e princípios básicos. 1. ed. Curitiba, PR: Editora Intersaberes, 2012. ISBN 978-85-6570-416-8.

OLIVEIRA, Erival da Silva. Prática jurídica constitucional. 14. ed. São Paulo: Editora Rideel, 2024. ISBN 978-85-3396-239-2.

PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. Direito constitucional: primeiras linhas. 1. ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2022. ISBN 978-65-5517-258-4.

COMPONENTE CURRICULAR: Teoria Geral do Direito**EMENTA:**

Direito, Sociedade e Estado. Natureza e Cultura. Direito e moral. Direito, equidade e justiça. Norma jurídica. Ordenamento jurídico. Fontes do Direito. Direito objetivo e direito subjetivo. Aplicação do Direito. Jusnaturalismo e Positivismo jurídico. Considerações gerais sobre a hermenêutica. Hermenêutica e interpretação do direito. Aplicação ou integração do direito; hermenêutica e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro; analogia; equidade; métodos de interpretação e integração; a interpretação doutrinária e a judiciária; a interpretação segundo os seus efeitos; interpretação declarativa, extensiva e restritiva. Lacunas jurídicas. Aplicação da Lei. Costumes. Jurisprudência. Leis no tempo e no espaço; Revogação, ab-rogação e derrogação; repristinação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MACHADO, Hugo de Brito; MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. Introdução ao estudo do direito. 4. ed. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2024. ISBN 978-65-6120- 060-8.

MELLO, Cleyson de Moraes. Introdução ao estudo do direito. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Processo, 2023. ISBN 978-65-9975-677-1.

MELO, Nehemias Domingos de. Lições de direito civil: teoria geral - das pessoas, dos bens e dos negócios jurídicos. 5. ed. Indaiatuba: Editora Foco, 2022. ISBN 978-65-5515-650-8.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, Marco Túlio Elias. Primeiros passos para entender o direito: guia de introdução ao estudo do direito. Belo Horizonte, MG: Editora Dialética, 2024. ISBN 978-65-2702-793-5.

CARLOS, André; FRIEDE, Reis. Lições esquematizadas de introdução ao estudo do direito: teoria, esquemas analíticos e exercícios de fixação. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2023. ISBN 978-65-5675-258-7.

GLASENAPP, Ricardo. Introdução ao direito. 2. ed. São Paulo: Editora Pearson, 2019. ISBN 978-85-7016-042-3.

MELLO, Cleyson de Moraes. Hermenêutica e direito. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2018. ISBN 978-85-9374-121-0.

MEZZOMO, Clareci. Introdução ao direito. 1. ed. Porto Alegre: Editora Educs, 2011. ISBN 978-85-7061-626-5.

COMPONENTE CURRICULAR: Teoria Geral do Estado**EMENTA:**

Origem e evolução do Estado. Formação dos modelos de organização estatal. Estado de Direito e Constituição. Separação de poderes. Teorias do contrato social. Soberania e cidadania. Regimes políticos e democracia. Relações entre Estado e sociedade. Estado brasileiro e suas transformações históricas. Globalização e desafios contemporâneos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALBIERO DA SILVA SANTOS, Marcel; CALDEIRA, Violeta Sarti. Uma introdução à política: Estado de direito, democracia e instituições da Justiça. 1. ed. Curitiba, PR: Editora Intersaberes, 2023. ISBN 978-65-5517-078-8.

GUNDIM, Wagner. Estado e poder: fundamentos da ciência política e da teoria geral do Estado. 1. ed. São Paulo, SP: Ícone Editora, 2024. ISBN 978-65-8617-942-2.

SOARES, Mário Lúcio Quintão. Teoria do Estado: novos paradigmas em face da globalização. 6. ed. Curitiba, PR: Editora Intersaberes, 2022. ISBN 978-65-5517-322-2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARISTÓTELES. A política. Trad. Nes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. ISBN 978-85-2092-853-0.

FRIEDE, Reis. Curso de ciência política e teoria geral do Estado. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2013. ISBN 978-85-7987-174-0.

FRIEDE, Reis. Lições esquematizadas de ciência política e TGE. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2017. ISBN 978-85-7987-285-3.

NAVARRO, Valéria. Mídias e comunicação nos direitos humanos e movimentos sociais. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. ISBN 978-65-5745-450-3.

• QUADROS, Doacir Gonçalves de. Fundamentos em ciência política e teoria do Estado. 1. ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2021. ISBN 978-65-8981-857-1.

2º SEMESTRE:**COMPONENTE CURRICULAR:** Ética Geral e Filosofia Jurídica**EMENTA:**

Correntes filosóficas no Direito. Relação entre ética, política e cultura. Fundamentos da Filosofia do Direito. Pensamento jurídico contemporâneo. Questões éticas modernas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES, Marco Túlio Elias. Primeiros passos para entender a filosofia do direito. Belo Horizonte, MG: Editora Dialética, 2024. ISBN 978-65-2702-788-1.

CALGARO, Cleide; BIASOLI, Luis Fernando; NODARI, Paulo César. Ensaio sobre ética, direito, educação, meio ambiente e cultura de paz. 1. ed. Porto Alegre: Editora Educus, 2020. ISBN 978-65-5807-032-0.

WEBER, Thadeu. Ética e filosofia do direito: autonomia e dignidade da pessoa humana. 1. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2013. ISBN 978-85-3264-621-7.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRESOLIN, Keberson. Filosofia e direito. 1. ed. Porto Alegre: Editora Educus, 2018. ISBN 978-85-7061-936-5.

FERNANDES, Alexandre Cortez; LUCAS, João Ignacio Pires. Escritos sobre filosofia do direito. 1. ed. Caxias do Sul, RS: Editora Educus, 2022. ISBN 978-65-5807-130-3.

LUDWIG, Celso Luiz. Elementos de filosofia geral e filosofia jurídica: uma introdução crítica. 1. ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2021. ISBN 978-65-8981-826-7.

NODARI, Paulo César. Ensaio sobre o reconhecimento. 1. ed. Porto Alegre: Editora Educus, 2019. ISBN 978-85-7061-949-5.

NUNES, Daniel Pires; PAVIANI, Jayme. Filosofia e direito: estudos. 1. ed. Porto Alegre, RS: Editora Educus, 2020. ISBN 978-85-7061-037-5.

COMPONENTE CURRICULAR: Hermenêutica Jurídica**EMENTA:**

Conceitos fundamentais da hermenêutica jurídica. Métodos e técnicas de interpretação das normas. Filosofia do Direito e sua relação com a hermenêutica. Teoria da argumentação jurídica. Interpretação constitucional. Princípios da aplicação do Direito. Hermenêutica e decisão judicial. Análise crítica da interpretação normativa no contexto jurídico contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MELLO, Cleyson de Moraes. Para compreender a hermenêutica e a decisão judicial. 1. ed. [Local não informado]: Editora Processo, 2024. ISBN 978-65-5378- 204-4.

PEDRON, Flávio Quinaud; OMMATI, José Emílio Medauar. Teoria do direito contemporânea: uma análise das teorias jurídicas de Robert Alexy, Ronald Dworkin, Jürgen Habermas, Klaus Günther e Robert Brandom. 2. ed. Belo Horizonte: Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020. ISBN 978-65-8652- 929- 6.

SCHMIDT, Lawrence K. Hermenêutica. 1. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2014. ISBN 978-85-3264-372-8.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHIURAZZI, Gaetano; URIBE, Íris Fátima da Silva. Compreensão, história, contingência: ensaios sobre Heidegger e a hermenêutica. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco e Littera, 2022. ISBN 978-65-5840-875-8.

COSTA, Leandro Sousa; CAMARGO, Leonardo Nunes. Filosofia hermenêutica. 2. ed. Curitiba, PR: Editora Intersaberes, 2023. ISBN 978-85-2270-446-0.

KAHLMAYER MERTENS, Roberto S. 10 lições sobre Gadamer. 1. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2016. ISBN 978-85-3265-421-2.

LIPINSKI, Heitor Alexandre Trevisani. Filosofia hermenêutica. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. ISBN 978-65-5745-986-7.

MELLO, Cleyson de Moraes. *Hermenêutica e direito*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2018. ISBN 978-85-9374-121-0.

COMPONENTE CURRICULAR: Inovação**EMENTA:**

Conceito de inovação; aplicação no contexto jurídico. Regulação e ética na inovação jurídica. Direito e tecnologia: impacto e desafios. Ferramentas tecnológicas para a prática jurídica: softwares de gestão, inteligência artificial, blockchain. Inovação em escritórios de advocacia: legal techs, automação de processos, marketing jurídico digital. Novos modelos de negócios jurídicos: advocacia colaborativa, coworking jurídico, consultoria online. Casos práticos de inovação no Direito: análise e discussão. Tendências futuras e habilidades necessárias para o operador inovador do Direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e; CARIO, Silvio Antonio Ferraz; SUZIGAN, Wilson. Em busca da inovação: interação universidade-empresa no Brasil. 1. ed. São Paulo: Autêntica Editora, 2011. ISBN 978-85-8217-820-1.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. Direito e inteligência artificial: o que os algoritmos têm a ensinar sobre interpretação, valores e justiça. 2. ed. Indaiatuba: Editora Foco, 2023. ISBN 978-65-5515-953-0.

SCHEIDEGGER, Jorge. Ah, se eu soubesse (inteligência artificial)...: uma viagem aos "cérebros eletrônicos". 1. ed. Nova Lima, MG: Falconi Editora, 2021. ISBN 978-65-8659-109-5.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRITO, Glaucia da Silva; Purificação, Ivonélia da. Educação e novas tecnologias: um (re)pensar. 2. ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2015. ISBN 978-85-443- 0157-9.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. Direito e inteligência artificial: o que os algoritmos têm a ensinar sobre interpretação, valores e justiça. 2. ed. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2023. ISBN 978-65-5515-953-0.

MELLO, Cleyson de Moraes; Almeida Neto, José Rogério Moura de; Petrillo,

Regina Pentagna. Educação e inovação: educação que transforma. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2022. ISBN 978-65-8935-181-8.

NETTO, Felipe Braga; Faleiros Júnior, José Luiz de Moura; Barbosa, Mafalda Miranda; Silva, Michael César. Direito digital e inteligência artificial: diálogos entre Brasil e Europa. 1. ed. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2021. ISBN 978- 65- 5515-248-7.

RECH, Adir Ubaldo. Artificial intelligence, environment and smart cities. 1. ed. Porto Alegre: Editora Educs, 2021. ISBN 978-65-5807-085-6.

COMPONENTE CURRICULAR: Introdução à Prática Jurídica**EMENTA:**

Noções fundamentais da prática jurídica. Estrutura e funcionamento dos órgãos do Poder Judiciário e dos sistemas extrajudiciais. Ética e responsabilidade profissional do operador do Direito. Instrumentos e técnicas de atuação jurídica: entrevistas, atendimento a clientes, elaboração de peças processuais, pareceres e relatórios. A importância da pesquisa jurídica e do raciocínio jurídico aplicado. Simulações de audiências, sustentações orais e atividades práticas supervisionadas. O papel dos Núcleos de Prática Jurídica (NPJ) e o exercício da cidadania. Desenvolvimento de habilidades práticas e socioemocionais para a atuação profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMORIM, José Eduardo de Resende Chaves Júnior. Prática jurídica civil, penal e trabalhista. 5. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020. ISBN 978-65-5520-004-1.

FREITAS, Vladimir Passos de; FREITAS, Gilberto Passos de. A formação do advogado: prática jurídica e ética profissional. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. ISBN 978-85-2037-484-0.

LUZ, Valdemar P. da. Manual do Advogado: Advocacia Prática Civil, Trabalhista e Criminal. 32. ed. Barueri: Manole, 2020. ISBN 978-8520463185

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

TARTUCE, Flávio. Prática Jurídica Civil: teoria e prática forense. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. ISBN 978-65-5635-214-5.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. Técnicas de Argumentação Jurídica. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. ISBN 978-85-3098-674-7.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Manual de Prática Civil. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. ISBN 978-65-5637-629-5.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. A prática jurídica e o processo civil contemporâneo. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. ISBN 978-85-4720-633-2.

BASTOS, Celso Ribeiro. Introdução à ciência do Direito e prática forense. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. ISBN 978-85-0204-998-1.

COMPONENTE CURRICULAR: Sociologia Jurídica**EMENTA:**

A sociologia como ciência e sua aplicação ao Direito. O fenômeno jurídico na sociedade: interações, valores e instituições. Direito e controle social. Cultura jurídica e mudança social. A sociologia das profissões jurídicas e o papel do operador do Direito na transformação social. Teorias sociológicas clássicas e contemporâneas aplicadas ao fenômeno jurídico. Justiça, poder e desigualdade. O Direito como instrumento de inclusão, emancipação e cidadania.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NETO, Pedro Scuro. Sociologia Geral e Jurídica: Introdução ao Estudo do Direito, Instituições Jurídicas e Controle Social. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. ISBN 978-8553608515.

FERRAZ Jr., Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: Técnica, Decisão, Dominação. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019. ISBN 978-85-9707-597-1.

REALE, Miguel. Sociologia do Direito. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. ISBN 978-85-0204-410-8.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018. ISBN 978-85-3650-322-3.

WEBER, Max. Economia e sociedade. 5. ed. Brasília: Editora UnB, 2019. ISBN 978-85-2504-715-6.

HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2019. ISBN 978-85-7013-186-2.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 9. ed. São Paulo: Globo, 2019. ISBN 978-85-2506-672-0.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Sociologia jurídica crítica: para um novo senso comum do direito. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2017. ISBN 978-85-2494-381-6.

COMPONENTE CURRICULAR: Teoria Geral das Obrigações**EMENTA:**

Estudo das obrigações no Direito Civil: conceito, fontes e classificação. Elementos estruturais e funcionais da relação obrigacional. Princípios contratuais e o papel da boa-fé objetiva. Modalidades das obrigações: simples, alternativas, divisíveis e indivisíveis, solidárias e líquidas. Transmissão, adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento e suas consequências: mora, perdas e danos, cláusula penal e juros. Cessão de crédito e assunção de dívida. Noções de responsabilidade civil. Aplicações práticas e análise de jurisprudência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

TARTUCE, Flávio. Manual de direito civil: volume único. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. ISBN 978-65-5635-319-7.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: obrigações. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. ISBN 978-65-5704-022-5.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2022. ISBN 978-85-9707-671-8.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro, vol. 2: teoria das obrigações contratuais e extracontratuais. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. ISBN 978-65-5704-040-9.

GOMES, Orlando. Obrigações. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. ISBN 978-85-3098-560-3.

RODRIGUES, Silvio. Direito civil: das obrigações. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. ISBN 978-85-0204-740-6.

MORAES, Maria Celina Bodin de. Direito civil contemporâneo e a responsabilidade civil. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2021. ISBN 978-85-2780-948-2.

TEPEDINO, Gustavo. Temas de direito civil. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2022.

ISBN 978-85-2780-989-5.

COMPONENTE CURRICULAR: Teoria Geral do Direito Penal**EMENTA:**

Conceito, função e fundamento do Direito Penal. Princípios constitucionais penais e garantias individuais. A norma penal: estrutura, classificação e interpretação. Conceitos de crime e contravenção. Teoria do delito: fato típico, ilicitude, culpabilidade e punibilidade. Causalidade, dolo, culpa e erro. Concurso de pessoas e de crimes. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Finalidades da pena e sistemas de imputação penal. Introdução à política criminal e à criminologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte geral (arts. 1º a 120). 25. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2023. ISBN 978-85-9958-644-0.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. ISBN 978-65-5704-155-0.

JESUS, Damásio de. Direito penal: parte geral. 42. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. ISBN 978-65-5704-085-0.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ESTEFAM, André. Direito penal: parte geral. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. ISBN 978-65-5704-011-9.

MASSOM, Cleber. Direito penal esquematizado: parte geral. 10. ed. São Paulo: Método, 2023. ISBN 978-65-5781-010-1.

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte geral. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. ISBN 978-65-5704-025-6.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro: parte geral. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. ISBN 978-85-2037-569-4.

PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro: parte geral. 23. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023. ISBN 978-65-5637-982-0.

3º SEMESTRE**COMPONENTE CURRICULAR:** Antropologia Jurídica**EMENTA:**

Estudo dos fundamentos da antropologia no campo jurídico: normas, símbolos e práticas nas diferentes culturas. Pluralismo jurídico e interações entre sistemas normativos formais e informais. Direito e cultura: etnia, religião, gênero, minorias e povos tradicionais. Perspectivas contemporâneas: justiça transicional, multiculturalismo, direito indígena e controle social. Análise crítica da normatividade jurídica a partir de enfoque antropológico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Antropologia Jurídica – Geral e do Brasil. 6.^a ed. São Paulo: JusPodivm, 2022. ISBN 978-85-4423-795-3.

Antropologia Jurídica – 2^a edição, Rodrigo Freitas Palma. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. ISBN 978-65-5362-699-7.

Antropologia jurídica: caminhos entre pluralismo jurídico, confluências e contracolonialidade, Júlio César de Sá da Rocha. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2023. ISBN 978-65-5630-534-9.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Sociologia e Antropologia Jurídica. Editora SER Educacional. ISBN 978-85-2212-966-9.

COMPONENTE CURRICULAR: Delitos, Ilícitude e Culpabilidade: Teoria e Aplicação**EMENTA:**

Análise aprofundada da parte geral do direito penal: o crime, a ilicitude, a culpabilidade e a punibilidade. Estudos sobre fato típico, elemento subjetivo, erro, causas de exclusão da ilicitude e da culpabilidade. Concurso de pessoas e de crimes, causas excludentes, imputação objetiva e subjetiva. Aplicação prática: estudo de jurisprudência e casos reais, bem como reflexões sobre normas constitucionais penais, princípios fundamentais e política criminal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Curso de Direito Penal: Parte Geral (arts. 1º a 120), Rogério Greco. 25. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2023. ISBN 978-85-9958-644-0.

Tratado de Direito Penal: Parte Geral, Cezar Roberto Bittencourt. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. ISBN 978-65-5704-155-0.

Direito Penal: Parte Geral, Damásio de Jesus. 42. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. ISBN 978-65-5704-085-0.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MASSON, Cleber. Direito Penal. Rio de Janeiro, Método, 2022. ISBN: 9786559642571.

COMPONENTE CURRICULAR: Economia Aplicada ao Direito**EMENTA:**

Introdução à interface entre Direito e Economia: conceitos econômicos básicos aplicados ao papel do direito. Eficiência, incentivos, custo-benefício e regras jurídicas. Regulação econômica, responsabilidade civil e penal sob a ótica econômica. Direito de propriedade, contratos e análise econômica das instituições jurídicas. Tendências contemporâneas: economia comportamental e direito, avaliação econômica de políticas jurídicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Direito e Economia no Brasil: Estudos Aplicados em Direito e Economia. 5. ed. Indaiatuba: Foco, 2023. ISBN 978-65-5515-775-8.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Análise Econômica do Direito: Desafios da leitura da economia no Brasil — Alexandre Moraes da Rosa. Editora Tirant, ISBN 978-85-94771-22-3.

Artigo: Panorama sobre a Análise Econômica do Direito e sua aplicação no Brasil — (Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável, v. 7, n. 2, 2021, p. 40-60).

COMPONENTE CURRICULAR: Português Instrumental**EMENTA:**

Aprofundamento em leitura, compreensão e produção de textos jurídicos. Normas de redação formal, estrutura de peças e pareceres, clareza argumentativa e coesão textual. Vocabulário jurídico, uso de pronomes, verbos, concordância, pontuação e conectivos. Técnicas de argumentação e estilo, revisão e adequação ao público-destino. Prática intensiva de produção, correção e feedback.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SABBAG, Eduardo. Manual de Português Jurídico. 11.^a ed., São Paulo: Saraiva Jur, 2023. ISBN 978-65-5362-715-4.

COSTA, José Maria da. Manual de Redação Jurídica. 6.^a ed., Ribeirão Preto: Migalhas, 2017. ISBN 978-85-6170-785-9.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GIDI, Antonio. Redação Jurídica Estilo Profissional: Forma, Estrutura, Coesão e Voz. 4.^a ed., 2025. Editora Juspodivm. ISBN 978-85-4426-022-7.

COMPONENTE CURRICULAR: Processo Civil: Formação e Desenvolvimento**EMENTA:**

Formação do processo civil: atos, partes, litisconsórcio, competência, procedimento ordinário e especial. Desenvolvimento do processo: petição inicial, contestação, réplica, produção de provas, audiências, sentença e recursos. Pressupostos de constituição e desenvolvimento do processo, nulidades, saneamento, tutela provisória, tutela final, execução, liquidação. Estudo integrado da Lei de Processo Civil e da jurisprudência dominante, com enfoque prático-profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BUENO, Cássio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil. 10.^a ed., São Paulo: Saraiva Jur, 2024. ISBN 978-85-5362-007-4.

NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado. 17.^a ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. ISBN 978-85-5494-732-3.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SILVA, Jaqueline Mielke. A Tutela Provisória no Novo Código de Processo Civil. 3.^a ed., Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2017. ISBN 978-85-7699-529-6.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Processo de Execução e Cumprimento de Sentença. 33.^a ed., São Paulo: Forense, 2025. ISBN 978-85-3099-685-7.

COMPONENTE CURRICULAR: Psicologia Aplicada ao Direito**EMENTA:**

Introdução aos fundamentos da psicologia aplicada aos contextos jurídicos. Aspectos da personalidade, motivação, tomada de decisão e comportamento humano sob a ótica jurídica. A prova pericial psicológica, a prova testemunhal e a mentira, avaliação de capacidades, vulnerabilidades e danos psicológicos. Mediação, negociação e técnicas de entrevista. Direitos humanos, saúde mental e proteção jurídica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PINHEIRO, Carla. Manual de Psicologia Jurídica. 7.^a ed., São Paulo: Saraiva Jur, 2024. ISBN 978-85-5362-292-4.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FREITAS, Ana Carla Pinheiro. *Manual de Psicologia Jurídica*. 6.^a ed., São Paulo: Saraiva Jur, 2022. ISBN 978-65-5362-111-4.

COMPONENTE CURRICULAR: Resolução Alternativa de Controvérsias**EMENTA:**

Estudo dos métodos alternativos de solução de conflitos (mediação, conciliação, negociação, arbitragem). Fundamentos legais e doutrinários, estrutura normativa (Lei de Arbitragem, Código de Processo Civil e normativos correlatos). Processo de mediação e arbitragem: fases, técnicas, ética e papel do mediador/árbitro. Tendências e desafios da cultura da paz e solução extrajudicial de litígios no Brasil e no mundo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; MAZZOLA, Marcelo. *Manual de Mediação e Arbitragem*. 1.^a ed., São Paulo: Saraiva Jur, 2024. ISBN 978-85-5362-849-0.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SALLES, Carlos; LORENCINI, Marco Antônio; SILVA, Paulo Eduardo. *Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem*. 5.^a ed., São Paulo: Forense, 2023.

COMPONENTE CURRICULAR: Teoria Geral dos Contratos**EMENTA:**

Princípios contratuais e fonte das obrigações contratuais. Contrato como negócio jurídico, validade, interpretação, efetividade e cumprimento. Espécies contratuais, condições, termo, encargo. Vícios redibitórios e configuração de inadimplemento e resolução. Contratos de consumo, de adesão e novas formas contratuais (contrato digital, smart contract). Responsabilidade contratual, tutela específica, revisão e extinção do contrato. Jurisprudência e prática contratual contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo Curso de Direito Civil: Obrigações*. 17.^a ed., São Paulo: Saraiva, 2022. ISBN 978-65-5704-022-5.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil: Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos*. 21.^a ed., São Paulo: Atlas, 2022. ISBN 978-85-9707-671-8.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

TARTUCE, Flávio. *Curso de Direito Civil: Parte Geral – Volume Único*. 14.^a ed., Rio de Janeiro: Forense, 2023. ISBN 978-65-5635-319-7.

4º SEMESTRE**COMPONENTE CURRICULAR:** Cultura e Relações Étnico-Raciais**EMENTA:**

Reflexão sobre cultura, raça, etnia e identidades no Brasil. O pluralismo cultural, as relações raciais e étnicas, o legado da escravidão, povos indígenas e afro-descendentes. Poder, discriminação, desigualdade, representações sociais e direito. Políticas de reparação, inclusão e diversidade. O papel do operador do Direito na promoção da equidade étnico-racial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARÇAL, José Antônio; LIMA, Silvia Maria Amorim. *Educação escolar das relações étnico-raciais: história e cultura afro-brasileira e indígena no Brasil*. 2.^a ed., Salvador: Intersaberes, 2024. ISBN 978-85-2270-805-5.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Diversos autores. *Relações étnico-raciais para o ensino da identidade e da diversidade cultural brasileira*. São Paulo: Intersaberes, 2014. ISBN 978-85-443-0078-7.

COMPONENTE CURRICULAR: Fundamentos da Administração Pública**EMENTA:**

Introdução aos fundamentos da administração pública: conceito, evolução histórica, princípios, modelos organizacionais e burocráticos. O Estado, governança e accountability. Política pública, planejamento e controle social. Administração pública brasileira: reforma, descentralização, compras e contratos, recursos humanos. Desafios contemporâneos da gestão pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. *Fundamentos de Administração Pública Brasileira*. 1.^a ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. ISBN 978-85-225-1446-5.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon. *Administração Pública: coletânea*. 1.^a ed., São Paulo: Editora Unesp, 2011. ISBN 978-85-3930-043-3.

COMPONENTE CURRICULAR: Penas e Medidas de Segurança: Teoria e Aplicação**EMENTA:**

Teoria geral da pena e das medidas de segurança: fundamentos, objetivos, destinatários e crítica. O sistema penal brasileiro: ilicitude, culpabilidade, participação, concurso de pessoas e crimes e aplicação de penas. As medidas de segurança: conceito, natureza jurídica, hipóteses de aplicação, fiscalização e execução. Jurisprudência e prática jurídica penal contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO, Salo de. Penas e Medidas de Segurança no Direito Penal Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 3.^a ed., 2020 (edições anteriores: 2013/2015). ISBN 978-85-0220-349-5.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CIA, Michele. *Medidas de segurança no Direito Penal: a desinternação progressiva sob uma perspectiva político-criminal*. 1.^a ed., São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2011. ISBN 978-85-3930-166-9.

COMPONENTE CURRICULAR: Prática Jurídica em Direito Civil**EMENTA:**

Desenvolvimento de habilidades práticas em direito civil: atendimento a clientes, elaboração de peças processuais civis (inicial, contestação), relatórios, pareceres e sustentações orais. Pesquisa jurídica aplicada ao direito civil. Simulações de escritório de advocacia e Núcleo de Prática Jurídica (NPJ). Ética profissional no exercício da advocacia civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

TARTUCE, Flávio. Prática Jurídica Civil: teoria e prática forense. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. ISBN 978-65-5635-214-5. (como obra de apoio à prática).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SOARES, Ricardo Maurício Freire. Técnicas de Argumentação Jurídica. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. ISBN 978-85-3098-674-7.

COMPONENTE CURRICULAR: Responsabilidade Civil**EMENTA:**

Estudo da responsabilidade civil: fundamentos, evolução histórica, natureza jurídica, fontes da obrigação e espécies de responsabilidade (contratual, extracontratual). Causas excludentes, nexo de causalidade, dano, reparação, relações de consumo, responsabilidade de Estado, dano moral. Tendências e desafios contemporâneos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil – Obrigações e Responsabilidade Civil. Vol. 2. 22.^a ed., São Paulo: Atlas, 2022. ISBN 978-65-5977-150-9.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro – Responsabilidade Civil. Vol. 4. 20.^a ed., São Paulo: Saraiva Jur, 2025. ISBN 978-85-5362-619-9.

TARTUCE, Flávio. Manual de Responsabilidade Civil – Volume Único. 1.^a ed., São Paulo: Forense, 2018. ISBN 978-85-3098-186-0.

COMPONENTE CURRICULAR: Teoria e Aplicação dos Recursos no Processo Civil**EMENTA:**

Teoria geral dos recursos no processo civil brasileiro: fundamento constitucional, princípios, recurso de apelação, agravo de instrumento, embargos de declaração, recurso especial, recurso extraordinário, ação rescisória. Natureza, efeitos, admissibilidade e procedimento. Estudos de recurso em espécie e análise de jurisprudência. Peças práticas de recurso e estratégia processual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CUNHA, Guilherme Antunes da; COSTA, Miguel do Nascimento; SCALABRIN, Felipe. Recursos no Processo Civil: Teoria Geral, Recursos em Espécie e Ações Autônomas. Londrina: Thoth, 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

OSNA, Gustavo. Recursos no Processo Civil: Teoria e Prática. São Paulo: Editora Mizuno, 2023.

5º SEMESTRE**COMPONENTE CURRICULAR:** Crimes em Espécie: Análise e Aplicação**EMENTA:**

Estudo pormenorizado da parte especial do Código Penal: crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra a dignidade sexual, contra a administração pública, entre outros. Análise dos tipos, qualificações, causas de aumento e diminuição de pena, concurso de pessoas, tipicidade, ilicitude e culpabilidade em contextos específicos. Aplicação prática: jurisprudência, peças processuais e estudo de casos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MASSON, Cleber. Direito Penal – Parte Especial (arts. 121 a 212) – Vol. 2. 18.^a ed., São Paulo: Método, 2025. ISBN 978-85-3099-635-2.

NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal – Parte Especial – Vol. 2. 9.^a ed., Rio de Janeiro: Forense, 2025. ISBN 978-85-3099-665-9.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

TORTATO, Carla Juliana. Crimes em Espécie: Análise do ordenamento jurídico brasileiro. 1.^a ed., Indaiatuba: Editora Foco/Intersaberes, 2021. ISBN 978-65-5517-819-7.

COMPONENTE CURRICULAR: Direitos Reais e Posse**EMENTA:**

Introdução aos direitos reais: conceitos, características, distinção entre posse e propriedade. Estudo da posse: aquisição, proteção, perdas e efeitos. Elementos e categorias dos direitos reais: propriedade, servidão, usufruto, hipoteca, entre outros. Registro imobiliário, usucapião, condomínio, superfícies, novas formas de direito real. Posse e suas proteções: interditos possessórios, ação reivindicatória, boa-fé.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Direitos Reais. 7.^a ed., São Paulo: Saraiva Jur, 2025. ISBN 978-85-5362-740-0.

TEPEDINO, Gustavo; MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rêgo; RENTERIA, Pablo. Fundamentos do Direito Civil: Direitos Reais. Volume 5. 6.^a ed., Rio de Janeiro: Forense, 2025. ISBN 978-85-3099-675-8.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GOMES, Orlando. *Direitos Reais*. 19.^a ed., Rio de Janeiro: Forense, 2008. ISBN 978-85-3092-522-2.

COMPONENTE CURRICULAR: Eletiva I**EMENTA:**

Disciplina de escolha livre pelo estudante, com foco especializado em tema jurídico-contemporâneo. Pode abranger áreas como direitos digitais, compliance, governança corporativa, direito ambiental, entre outras, conforme oferta da instituição. O estudante deverá elaborar trabalho ou estudo dirigido vinculado à temática escolhida.

COMPONENTE CURRICULAR: Introdução ao Direito Processual Penal**EMENTA:**

Estudo dos fundamentos do processo penal: inquérito policial, ação penal, jurisdição, competência, prova penal, garantias do acusado, princípios constitucionais do processo penal. Procedimentos comuns e especiais, alternativas penais e aplicação prática do direito processual penal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARCÃO, Renato. Curso de Processo Penal. 7.^a ed., São Paulo: Saraiva Jur, 2021. ISBN 978-65-5559-447-8.

LOPES JR., Aury de; BADARÓ, Gustavo. Curso de Processo Penal. 13.^a ed., São Paulo: Saraiva, 2022. ISBN 978-65-5704-030-0

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LOPES JR., Aury de. *Direito Processual Penal*. 21.^a ed., São Paulo: Saraiva, 2024. ISBN 978-85-5362-059-X.

COMPONENTE CURRICULAR: Processo de Execução e Procedimentos Especiais Cíveis

EMENTA:

Estudo da fase de execução no processo civil: pressupostos, títulos executivos, bens sujeitos à execução, penhora, adjudicação, expropriação. Procedimentos especiais cíveis: tutela provisória, homologação de acordos, ações coletivas, procedimentos sumário e especial, inventário e partilha, entre outros. Jurisprudência e peças processuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Manual de Processo Civil – Execução. 17.^a ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023. ISBN 978-85-2038-469-4.

CUNHA, Guilherme Antunes da; COSTA, Miguel do Nascimento; SCALABRIN, Felipe. *Execução Civil*. 2.^a ed., Londrina (PR): Editora Thoth, 2023. ISBN 978-65-5959-171-8.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOSA, Luis R.; TELES, Fernanda; SOUZA, José Maisson de. Procedimentos Especiais no Novo CPC. 4.^a ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2024.

COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Especiais em Direito Administrativo**EMENTA:**

Análise de temas contemporâneos em direito administrativo: governança pública, parcerias público-privadas, responsabilidade civil do Estado, licitações e contratos administrativos, tecnologias digitais na administração pública, compliance e integridade no setor público. Debate de cases, legislação atualizada e desafios da administração pública moderna.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 38.^a ed., São Paulo (SP): Gen Jurídico / Malheiros, 2025. ISBN 978-85-3099-592-8.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas. 3.^a ed., São Paulo (SP): Revista dos Tribunais / Thomson Reuters Brasil, 2023. ISBN 978-65-2600-231-5.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PIERANTI, Paulo; PEREIRA JÚNIOR, Ivan; FILHO, Luís Roberto Barroso (coords.). Governança Pública, Contratos e Parcerias Público-Privadas no Brasil. 1.^a ed., São Paulo (SP): Atlas, 2022. ISBN 978-65-5977-123-3.

6º SEMESTRE**COMPONENTE CURRICULAR:** Direito das Famílias e das Relações Parentais**EMENTA:**

Estudo dos arranjos familiares e das relações parentais no sistema jurídico brasileiro: casamento, união estável, filiação, adoção, guarda, alimentos, poder parental e sua evolução. Novas configurações familiares, responsabilização, violência doméstica, direitos das crianças e adolescentes, proteção internacional. Perspectiva prática: casos, jurisprudência e atuação profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Direito das Famílias. 3.^a ed. rev. e ampl., Rio de Janeiro: Forense, 2022. ISBN 978-65-5964-253-3.

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 17.^a ed., Porto Alegre: Juspodivm, 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, Dimas Messias de. *Manual de Direito das Famílias*. 8.^a ed., São Paulo: Saraiva Jur, 2020. ISBN 978-65-5559-185-9.

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Internacional Público**EMENTA:**

Caracterização do Direito Internacional Público: sujeitos, fontes, responsabilidade internacional, solução de controvérsias, direito dos tratados. Direitos humanos, organizações internacionais, soberania, intervenção, cooperação e globalização. Impactos e desafios para o advogado e para o Estado-nação no século XXI.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

REZEK, Francisco. *Direito Internacional Público: Curso Elementar*. 20.^a ed., São Paulo: Saraiva Jur, 2025. ISBN 978-85-5362-498-0.

BRITO, Wladimir. *Direito Internacional Público*. 2.^a ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2014. ISBN 978-972-321-560-1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BADERNA, Jorge Bacelar Gouveia. *Manual de Direito Internacional Público*. 27.^a ed., Lisboa: Almedina, 2025.

COMPONENTE CURRICULAR: Fundamentos do Direito Tributário**EMENTA:**

Introdução ao direito tributário: princípios constitucionais, tributo, obrigação tributária, lançamento, crédito tributário, espécies de tributos, imunidades, fatos tributários. Relação entre Estado e contribuinte, justiça fiscal, reforma tributária e papel do Direito no financiamento do Estado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 43.^a ed., São Paulo: JusPodivm / Malheiros, 2024. ISBN 978-65-4424-988-8.

SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. 17.^a ed., São Paulo: Saraiva Jur, 2025. ISBN 978-85-5362-779-0.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ROCHA, Sérgio André. Fundamentos do Direito Tributário Brasileiro. 3.^a ed., Belo Horizonte: Letramento, 2024. ISBN 978-65-5932-511-5.

COMPONENTE CURRICULAR: Teoria Geral do Direito do Trabalho**EMENTA:**

Conceito, fontes, princípios e evolução do direito do trabalho. Relação de emprego, autonomia privada, solidariedade social, proteção jurídica ao trabalhador. Normas coletivas, negociação coletiva, direitos fundamentais no trabalho e novas formas de trabalho como teletrabalho e plataformas digitais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do Trabalho: de acordo com a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017). 20.^a ed., São Paulo: Método, 2024. ISBN 978-8530994877.

DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. A Reforma Trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei nº 13.467/2017. 2.^a ed., rev. e ampl., São Paulo: LTr, 2018. ISBN 978-8536196947.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, Alice Monteiro de. Curso de Direito do Trabalho. 11.^a ed., São Paulo: LTr, 2017. ISBN 978-8536191577.

COMPONENTE CURRICULAR: Prova e Medidas Cautelares no Processo Penal**EMENTA:**

Estudo da prova no processo penal: conceito, princípios, meios, valor, cadeia de custódia, prova ilícita, perícia, reconhecimento de pessoas. Medidas cautelares pessoais e reais: prisão preventiva, temporária, fiança, sequestro, busca e apreensão, monitoramento, entre outras. Aplicação prática e jurisprudencial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTONETTO, Caio Marcelo Cordeiro; SILVA, Douglas Rodrigues da; VIEIRA, Guilherme Siqueira; TRAUZYNSKI, Nicole. As Medidas Cautelares no Processo Penal Brasileiro: reflexões sob a perspectiva da advocacia criminal. 1.^a ed., Londrina (PR): Thoth, 2024. ISBN 978-65-5959-171-8.

NUCCI, Guilherme de Souza. Prisão, Medidas Cautelares e Liberdade. 7.^a ed., São Paulo: Editora Gen / Método, 2022. ISBN 978-65-5964-575-4.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MINAGÉ, Thiago M. Prisões e Medidas Cautelares à Luz da Constituição – o contraditório como significante estruturante do processo penal. 6.^a ed., São Paulo: Tirant Brasil, 2024. ISBN 978-65-5908-781-5.

COMPONENTE CURRICULAR: Eletiva II**EMENTA:**

Disciplina optativa (eletiva) escolhida pelo estudante ou ofertada pela instituição, com tema específico em área jurídica contemporânea. Pode envolver seminários, oficinas, estudos dirigidos ou pesquisa individual. O estudante deverá produzir trabalho ou relatório relacionado à temática da eletiva.

7º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR: Aspectos Remuneratórios e Direito Coletivo do Trabalho

EMENTA:

Aspectos da remuneração no Direito do Trabalho: salário, adicionais, benefícios, participação nos lucros e resultados. Regime jurídico das negociações coletivas: acordos e convenções coletivas, dissídios, legitimidade sindical, liberdade sindical, negociação setorial. Conflitos coletivos de trabalho: greve, intervenção estatal, arbitragem e mediação. Papel da representação coletiva e impactos das reformas trabalhistas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FREITAS, Cláudio Victor de. Direito Coletivo do Trabalho. 3.^a ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023. ISBN 978-65-2600-360-2.

DELGADO, Maurício Godinho. Direito Coletivo do Trabalho. São Paulo: LTr, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GODINHO d' OLIVEIRA, Maurício. Curso de Direito do Trabalho. 19.^a ed., São Paulo: Atlas, 2022. ISBN 978-65-5977-189-9.

COMPONENTE CURRICULAR: Direito das Sucessões**EMENTA:**

Institutos do direito das sucessões: sucessão legítima, testamentária, vocação hereditária, aceitação e renúncia de herança, colação e partilha. Inventário e partilha, arrolamento, administração da herança, bens e direitos na sucessão. Direitos de herdeiros necessários, legados, transmissibilidade da herança, responsabilidade por dívidas, tutela, curatela e inventário extrajudicial. Tendências contemporâneas e jurisprudência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO, Dimas Messias de; MOREIRA FILHO, José Roberto. Tratado de Direito das Sucessões – Inventário e Partilha. 2.^a ed., São Paulo: Juspodivm, 2025. ISBN 978-85-4425-720-3.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro – Direito das Sucessões. Vol. 7. 19.^a ed., São Paulo: Saraiva Jur, 2025. ISBN 978-85-5362-612-0.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 17.^a ed., São Paulo: Juspodivm, 2025. ISBN 978-85-4426-063-0.

COMPONENTE CURRICULAR: Eletiva III**EMENTA:**

Disciplina optativa de temática livre, conforme oferta institucional. Permite ao estudante aprofundar-se em área jurídica especializada ou emergente. Trabalho ou estudo dirigido vinculados à temática.

COMPONENTE CURRICULAR: Nulidades Processuais e Recursos no Processo Penal

EMENTA:

Teoria das nulidades no processo penal: conceito, espécies (absolutas e relativas), efeitos, convalidação. Recursos no processo penal: apelação, embargos, revisional, habeas corpus, mandado de segurança, recursos aos tribunais superiores, implicações práticas. Jurisprudência e práticas processuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABRAÃO, Eduardo Pião Ortiz. Nulidades, Recursos e Ações Impugnativas no Processo Penal. 2.^a ed., São Paulo: Intersaberes, 2023. ISBN 978-85-2270-671-6.

LOPES JR., Aury de; BADARÓ LOPES, Gustavo. Curso de Processo Penal. 13.^a ed., São Paulo: Saraiva Jur, 2022. ISBN 978-65-5704-030-0.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. Nulidades no Processo Penal. 3.^a ed., São Paulo: Saraiva Jur, 2018. ISBN 978-85-4721-467-8.

COMPONENTE CURRICULAR: Prática Jurídica em Direito Penal**EMENTA:**

Desenvolvimento de competências práticas no âmbito penal: atendimento a clientes, entrevistas, peças processuais (inicial de ação penal, defesas, recursos), relatório jurídico, sustentações orais, simulações de audiência, Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) ou laboratório de advocacia penal. Aplicação da ética profissional, estratégias de defesa e litígio penal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SALIM, Alexandre; TRIGUEIROS, Arthur; NEGRI COSTA, Klaus; TÁVORA, Nestor. Prática Penal OAB – 44º Exame de Ordem. 4.^a ed., São Paulo: Juspodivm, 2025. ISBN 978-85-4426-314-3.

BRAGA, Felipe. Manual de Prática Penal. 1.^a ed., São Paulo: Dialética, 2024. ISBN 978-65-2704-884-8.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BELLO, Rodrigo; NOVAES, Felipe. *Manual de Prática Penal*. 6.^a ed., São Paulo: Método, 2021. ISBN 978-65-5964-032-4.

COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Avançados em Direito Tributário**EMENTA:**

Questões avançadas em direito tributário: planejamento tributário, tributação internacional, economia do tributo, tecnologia e tributos (criptoativos, blockchain), responsabilidade tributária, litígios fiscais, soluções alternativas em contencioso tributário, reformas tributárias, justiça fiscal e tributária. Análise de casos e debates atuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ROCHA, Sérgio André. Tributação Internacional e Digitalização da Economia. 1.^a ed., Belo Horizonte: Letramento, 2022. ISBN 978-65-5932-272-5.

FALCÃO, Joaquim (org.). Tributação Internacional e Planejamento Tributário. 1.^a ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016. ISBN 978-85-225-1809-5.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DALVI, Luciano. Direito Tributário Avançado: Teoria, Processo e Prática Tributária. 1.^a ed., São Paulo: LTr, 2009. ISBN 978-85-361-1426-2.

8º SEMESTRE**COMPONENETE CURRICULAR:** Direito de Empresa e Atividades Econômicas**EMENTA:**

Estudo jurídico-econômico das empresas e das atividades econômicas sob a ótica do direito: direito societário, regulação de mercados, falência e recuperação de empresas, mercado de capitais, contratos econômicos regulados, inovação, direito concorrencial e compliance econômico. Impactos das tecnologias e da globalização nas atividades empresariais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, Fábio Ulhoa. *Manual de Direito Comercial: Direito de Empresa*. 28.^a ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. ISBN 978-85-2036-678-3.

BARBOZA, Heloisa Helena; MELLO, Cleyson de Moraes; SIQUEIRA, Gustavo Silveira. *Empresa e Atividades Econômicas – O Futuro do Direito*. 1.^a ed., Salvador: Editora Processo, 2022. ISBN 978-65-5378-047-7.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CORTEZ, Luciane de Castro; KOWARSKI, Clarissa Brandão; ALVISI NEVES, Edson (orgs.). *Direito Societário, Compliance e Ética*. 1.^a ed., São Paulo: Tirant Brasil, 2020. ISBN 978-85-9477-463-7.

EIZIRIK, Nelson. *Mercado de Capitais -- Regime Jurídico*. 1.^a ed., São Paulo: Renovar, 2011. ISBN 978-85-7147-799-5.

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Financeiro**EMENTA:**

Fundamentos do direito financeiro: conceito e fontes da atividade financeira do Estado, orçamento público, receitas e despesas públicas, crédito público, dívida pública, responsabilidade fiscal, controle externo, mercado financeiro. Relação com o direito administrativo, constitucional e tributário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PISCITELLI, Tathiane. Direito Financeiro. 9.^a ed., Barueri: Atlas, 2023. ISBN 978-65-5977-522-4.

LEITE, Harrison Ferreira. Manual de Direito Financeiro. 14.^a ed., Salvador: Juspodivm, 2025. ISBN 978-85-4425-765-4.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

RAMOS FILHO, Carlos Alberto de Moraes; LENZA, Pedro (org.). *Coleção Esquematizado – Direito Financeiro e Econômico*. 7.^a ed., São Paulo: SaraivaJur, 2025. ISBN 978-85-5362-410-2.

COMPONENTE CURRICULAR: Eletiva IV**EMENTA:**

Disciplina optativa que permite ao estudante aprofundar-se em temática jurídica especializada ou emergente (por exemplo: direito digital, compliance, governança corporativa, regulação internacional). A bibliografia e o trabalho final serão definidos conforme o tema ofertado.

COMPONENTE CURRICULAR: Jurisdição Trabalhista e Resolução de Litígios**EMENTA:**

Estudo da jurisdição trabalhista: competência, atuação da Justiça do Trabalho, direito coletivo e individual do trabalho, jurisprudência trabalhista. Métodos de resolução de litígios trabalhistas: conciliação, mediação, arbitragem, execução trabalhista. Impactos das reformas trabalhistas e globalização do trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GODINHO d' OLIVEIRA, Maurício. *Curso de Direito do Trabalho*. 19.^a ed., São Paulo: Atlas, 2022. ISBN 978-65-5977-189-9.

BARROS, Alice Monteiro de. *Curso de Direito do Trabalho*. 11.^a ed., São Paulo: LTr, 2017. ISBN 978-85-3619-157-7.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASSAR, Vólia Bomfim. *Direito Coletivo do Trabalho*. 20.^a ed., São Paulo: Método, 2024. ISBN 978-85-3099-487-7.

COMPONENTE CURRICULAR: Metodologia da Pesquisa Científica**EMENTA:**

Fundamentos da pesquisa em Ciências Jurídicas: método científico, definição de problema, revisão bibliográfica, metodologia qualitativa e quantitativa, técnicas de coleta e análise de dados, elaboração de artigos, monografias, TCC, redação acadêmica jurídica, ética da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTAR, Eduardo C. B. *Metodologia da Pesquisa Jurídica*. 18.^a ed., São Paulo: Saraiva Jur, 2024. ISBN 978-8553622337.

BITTAR, Eduardo C. B. *Metodologia da Pesquisa Jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito*. São Paulo: Saraiva Jur, 2019. ISBN 978-8553605002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HENRIQUES, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. *Metodologia Científica na Pesquisa Jurídica*. 9.^a ed., rev., São Paulo: Atlas, 2017. ISBN 978-8597009347.

COMPONENTE CURRICULAR: Prática Jurídica em Ações Públicas**EMENTA:**

Laboratório prático de atuação jurídica em universidades ou escritórios-escritório de advocacia pública: atendimento, atuação em casos reais ou simulados, peças processuais (ações civis públicas, mandados de segurança, ações populacionais, controle externo), audiências, sustentações orais, ética profissional, técnica de litígio em esfera pública, monitoramento de políticas públicas. Desenvolvimento de competências de advocacia pública e controle social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Ação Civil Pública. 15.^a ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023.

VIANA, Beatriz da Costa e Silva. Manual de Peças Práticas para Carreiras Jurídicas – Advocacia Pública. 2.^a ed., São Paulo: Juspodivm, 2025. ISBN 978-85-4425-943-6

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). Manual de Atuação do Ministério Público no Controle Externo da Atividade Policial. Brasília: CNMP, 2024.

9º SEMESTRE**COMPONENTE CURRICULAR:** Direito Falimentar**EMENTA:**

Institutos do direito falimentar e da recuperação de empresas: falência, recuperação judicial e extrajudicial, liquidação, efeitos sobre credores, massa falida e continuidade empresarial. Aspectos processuais e materiais da insolvência, regime jurídico, direitos dos credores e segurança jurídica. Análise da Lei 14.112/2020 e jurisprudência relevante, bem como implicações para as atividades econômicas e para o operador do Direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BETONI, Luís Eduardo. *Direito Falimentar Brasileiro: aspectos constitucionais da Lei nº 11.101/2005*. 1.^a ed., São Paulo: Idea Editora, 2020. ISBN 13: 978-6588325001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MORAES, Francisco de Assis Basílio de. *Manual de Direito Falimentar: aspectos históricos, falência, recuperação de empresas, crimes falimentares e exercícios*. 1.^a ed., Niterói: Impetus, 2013. ISBN 978-85-7626-753-9.

COMPONENTE CURRICULAR: Prática Jurídica em Direito do Trabalho**EMENTA:**

Desenvolvimento de competências práticas no âmbito do Direito do Trabalho: atendimento ao cliente, elaboração de peças processuais trabalhistas, relatórios, pareceres, sustentação oral, simulações de audiência, atuação no âmbito do direito individual e coletivo do trabalho. Ética profissional, técnicas de litígio trabalhista e exercício no ambiente forense.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARTINS, Sérgio Pinto. *Prática Trabalhista*. 12.^a ed., São Paulo: Saraiva Jur, 2025. ISBN 978-85-5362-387-7.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LEPORACI, Aline; MEROLA da Silva, Bianca. *Manual Prático de Direito do Trabalho*. 1.^a ed., São Paulo: Método, 2023. ISBN 978-65-5964-798-9.

COMPONENTE CURRICULAR: Previdência Social e Seguridade Social**EMENTA:**

Estudo da seguridade social brasileira: sistema previdenciário, assistência social e saúde. Regimes gerais e próprios de previdência social, financiamento, benefícios, reformas, direito comparado e desafios demográficos e econômicos. Proteção social, justiça social e papel do operador jurídico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARDOSO, Phelipe. *Manual de Direito Previdenciário – Volume Único*. 6.^a ed., Salvador: Juspodivm, 2025. ISBN 978-85-4425-745-6.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Previdência social no Brasil: (des)estruturação do trabalho e condições de universalização*. São Paulo: Cortez, 2012. ISBN 978-85-249-1953-4.

LARA, Hellen Pereira. *Sistema de Seguridade Social: a Previdência Social*. 1.^a ed., São Paulo: InterSaberes, 2021. ISBN 978-85-2270-338-8.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SANTOS, Júlio Edstron Secundino; BORSIO, Marcelo Fernando; CALSING, Renata de Assis. *Seguridade Social e 30 Anos da Constituição Federal*. 1.^a ed., São Paulo: LTr, 2019. ISBN 978-85-3619-804-0

COMPONENTE CURRICULAR: Processo Individual e Coletivo na Justiça do Trabalho

EMENTA:

Processo do Trabalho em suas modalidades individual e coletiva: competência, partes, tramitação, sentença, coisa julgada, recursos, execução trabalhista. Ações coletivas, dissídios, tutela coletiva, legitimidade ativa e passiva, resolução de litígios estruturados, práticas processuais na Justiça do Trabalho, e atuação do advogado/trabalhador no litígio coletivo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. 21.^a ed., São Paulo: Saraiva Jur, 2023. ISBN 978-6553625358.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SCHILTE LEMOS, Edna; GASPARINI, Victor; ROCHA, Fábio R. da; et al. Fundamentos do Processo Coletivo de Trabalho. São Paulo: Lumen Juris, 2021. ISBN 978-6555107812.

COMPONENTE CURRICULAR: Projeto do Trabalho de Conclusão de Curso**EMENTA:**

Elaboração e desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): definição do tema, problema de pesquisa, metodologia, revisão bibliográfica, estruturação, redação, apresentação e defesa. Acompanhamento tutorial contínuo e aplicação de metodologia científica no âmbito jurídico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTAR, Eduardo C. B. *Metodologia da Pesquisa Jurídica*. 18.^a ed., São Paulo: Saraiva Jur, 2024. ISBN 978-85-5362-233-7.

HENRIQUES, Antônio. *Metodologia Científica na Pesquisa Jurídica*. São Paulo: Atlas, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MOTTA, Ricardo. *Como elaborar trabalhos acadêmicos em Direito: guia prático para estudantes e pesquisadores*. 2.^a ed., Belo Horizonte: Fórum, 2023.

10º SEMESTRE**COMPONENTE CURRICULAR:** Direito Digital**EMENTA:**

Introdução ao campo do direito digital: conceitos de internet, tecnologia da informação e sociedade de rede; privacidade, proteção de dados pessoais (Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)) e segurança da informação; contratos e responsabilidade no ambiente digital; jurisdição e prova eletrônica; tributação e comércio eletrônico; inteligência artificial, blockchain e criptoativos. Desafios contemporâneos e éticos do Direito na era digital.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SOUZA, Landolfo Andrade de; MAGRO, Américo Ribeiro. Manual de Direito Digital. 5.^a ed., São Paulo: Juspodivm, 2025. ISBN 978-8544260180.

MARTINS, Guilherme Magalhães; LONGHI, João Victor Rozatti. Direito Digital: Direito Privado e Internet. 6.^a ed., Indaiatuba: Editora Foco, 2025. ISBN 978-6561205245.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LEONARDI, Marcel. Fundamentos de Direito Digital. 1.^a ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. ISBN 978-8553213955.

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Internacional Privado**EMENTA:**

Fundamentos do direito internacional privado: noções gerais, fontes, regras de conflito de leis e jurisdição, reconhecimento e execução de sentenças estrangeiras, contratos internacionais, comércio eletrônico transnacional, família e sucessões com elementos de direito internacional, cooperação jurídica internacional. Análise da interface com o direito interno e internacional público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

RECHSTEINER, Beat Walter. Direito Internacional Privado: teoria e prática. 22.^a ed., São Paulo: Saraiva Jur, 2024. ISBN 978-85-5362-325-9.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direito Internacional Privado. 4.^a ed., São Paulo: Saraiva Jur, 2025. ISBN 978-85-5362-451-5.

COMPONENTE CURRICULAR: Estágio Jurídico-Profissional**EMENTA:**

Vivência prática supervisionada no exercício profissional do direito: acompanhamento de casos reais ou simulados, atuação em escritórios, núcleos ou órgãos públicos/privados, elaboração de relatórios, peças processuais, atendimento ao cliente, ética profissional, integração teoria-prática, desenvolvimento de competências jurídicas essenciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHACON, Luís Fernando Rabelo. Manual de Prática Forense Civil. 12.^a ed., São Paulo: Saraiva Jur, 2025. ISBN 978-85-5362-513-0.

SANTOS, Ozéias J. Manual do Advogado - Prática Forense. 19.^a ed., São Paulo: Rumo Jurídico, 2025. ISBN 978-85-6712-085-0.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARLI, Vilma Maria Inocência. Manual de Prática Forense. 2.^a ed., Campinas, SP: Servanda, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR: Ética Profissional**EMENTA:**

Estudo da ética no âmbito do direito: fundamentos filosóficos da ética, moral e deveres profissionais; código de ética da advocacia, prerrogativas e responsabilidades; corrupção, compliance e integridade; deveres do operador do direito, relações com clientes, sociedade e Estado. Reflexão crítica sobre dilemas éticos e direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

RACHID, Alysson. Dominando Ética. 7.^a ed., São Paulo: Saraiva Jur, 2025. ISBN 978-85-5362-651-9.

JÚNIOR, Biela. Curso de Ética Profissional para Advogados. 7.^a ed., São Paulo: LTr, 2022. ISBN 978-65-5883-156-3.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SANCHEZ, Alessandro. Ética Profissional e Filosofia do Direito. São Paulo: Método, 2017. ISBN 978-85-3097-306-3.

COMPONENTE CURRICULAR: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)**EMENTA:**

Desenvolvimento final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no âmbito jurídico: definição do tema, delimitação do problema, metodologia, revisão bibliográfica, estruturação do trabalho, redação jurídica, formatação, apresentação e defesa. Supervisão contínua e aplicação da pesquisa científica em direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da Pesquisa Jurídica. 18.^a ed., São Paulo: Saraiva Jur, 2024. ISBN 978-8553622337.

MOTTA, Ricardo. Como elaborar trabalhos acadêmicos em Direito: guia prático para estudantes e pesquisadores. 2.^a ed., Belo Horizonte: Fórum, 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HENRIQUES, Antônio. Metodologia Científica na Pesquisa Jurídica. São Paulo: Atlas, 2017.